

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

***TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RECORTE
PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE SÃO BORJA***

**Autor: Gabriel da Silva Brandão
Orientadora: Dr^a Jaqueline Carvalho Quadrado**

SÃO BORJA/RS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIEL DA SILVA BRANDÃO

**TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RECORTE PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE
SÃO BORJA**

**São Borja
2014**

GABRIEL DA SILVA BRANDÃO

**TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RECORTE PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE
SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Área do curso).

Orientador: Jaqueline Carvalho Quadrado

**São Borja
2014**

GABRIEL DA SILVA BRANDÃO

**TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RECORTE PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE
SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em (Área do curso).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 31 de março de 2014.

Banca examinadora:

Profª. Drª. Jaqueline Carvalho Quadrado
Orientador
UNIPAMPA

Profª. Drª. Simone Barros de Oliveira
UNIPAMPA

Prof. Me. José Wesley Ferreira
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha Família que sempre esteve comigo. Ao meu amado Pai, a minha amada Irmã e minha amada Mãe que hoje está na minha memória e no meu coração.

AGRADECIMENTO

Quando ingressei na Unipampa..., lembro-me com clareza, aquela sensação de alegria!

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus pelo dom da vida, pela minha fé e força.

Especialmente, durante toda minha vida serei grato a mulher que dedicou sua vida a seus filhos, não medindo esforços, simplesmente por amor. A ela, minha Mãe, que em nenhum instante desistiu de mim, que fez de tudo para que eu tivesse saúde. Agradeço a minha Mãe pelas muitas, mas muitas noites em claro ao me cuidar. Pelo esforço imensurável ao desafiar tudo e a todos pelo meu bem. Por ser a Mãe mais incrível do mundo, pelo amor e carinho incondicional que ela me deu. Serei eternamente agradecido a ela, pois apenas eu lembro cada momento que passamos juntos, de cada detalhe, como seu abraço seguro e confortante, seus conselhos, sua sabedoria, sua paciência, em momentos alegres e tristes. Agradeço a ela por ter me deixado em bom caminho. A minha eterna gratidão a minha Mãe, Eli Aparecida da Silva Brandão, que amei tanto e que hoje se encontra nos meus pensamentos e no meu coração.

Agradecer ao meu PAI, Pedro Paulo Ramires Brandão, um homem íntegro, exemplo de experiência, minha referência para toda vida. Sou grato por sua luta diária. Agradeço-lhe eternamente por seus ensinamentos, pelos conselhos, por sua sabedoria. Agradeço a ele por me ensinar a ter força, perseverança e a nunca desistir dos meus objetivos. E indubitavelmente por me amar.

Agradeço a minha irmã, Luciane Brandão, por me aturar, por me ajudar e por seus conselhos de irmã. Por sua perseverança, por sua força e determinação. E principalmente por acreditar em mim e me amar.

Agradeço aos meus tios Aldemar e Ione por sempre estarem me recebendo com carinho e amor em sua casa nas viagens que faço a Porto Alegre. Além de sempre estarem se importando em me ajudar com meu tratamento de saúde.

Agradeço aos meus outros tios e padrinhos Venâncio e Mirta pelo amor e carinho. Por sempre se importarem comigo.

Agradeço a Dr^a Vera por cuidar de minha saúde aqui em São Borja até os 13 anos. Sua luta sempre acreditando que eu podia melhorar.

Agradeço aos meus colegas, amigos e irmãos Jean, Luis Manoel e Francielle. Por estas grandes amizades que levarei por toda vida. Pelas várias situações felizes de muita risada e descontração e também pelos momentos tristes de choros e desabafos. Por esta amizade que conquistei, pela confiança que adquiri, pelo aprendizado que tive com eles e por acreditarem em mim. Simplesmente adoro eles. Trio ternura e a intrusa hahaha'.

Agradeço aos meus colegas e companheiros de biblioteca no momento de construção do TCC, da troca de saberes. Sendo eles Tiago Andrade, Maize, Jonatan e Charles Hoepner.

Agradeço a minha colega, amiga e linda mulher Priscila por sempre se importar comigo, auxiliando-me quando preciso, apesar de ser sempre brigando. Por seu jeito de lidar com a vida, evidenciando suas emoções. Essa mulher de troca de humores constantes, a quem digo que gosto, mas não acredita! Agradeço a vida por tê-la conhecido.

Agradeço a Melissa que foi minha supervisora de estágio na PRAEC, proporcionando diversos momentos de aprendizado. Sua postura profissional impecável. Influenciou positivamente durante todo meu percorrer no estágio, compartilhando sua sabedoria e auxiliando-me na construção dos documentos e principalmente na postura profissional.

Agradeço a Professora Simone que foi minha orientadora acadêmica durante o estágio, acreditando na minha capacidade como acadêmico e como pessoa. Seus importantes ensinamentos compartilhados comigo. Sempre estive a minha disposição para auxiliar-me, recebendo-me com educação e alegria.

Agradeço pela total autonomia que a professora Jaqueline, minha orientadora, proporcionou-me na construção deste trabalho.

Agradeço a Unipampa por proporcionar-me momentos inesquecíveis.

Não digo adeus, mas um até breve!

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

As desigualdades sociais são e sempre foram uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas sociedades. No Brasil não foi diferente e se revelou sempre de maneira muito forte nas relações sociais. Com o transcorrer do tempo e com o advento da Constituição Federal de 1988 a assistência social pode firmar-se como um mecanismo capaz de realizar ações redutoras das desigualdades. A partir disso, buscou-se o enfrentamento da questão social no âmbito estudantil. Sendo no presente trabalho um breve exposição no aparato histórico no que se refere ao ensino superior. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), a preocupação dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis em criar uma política voltada aos acadêmicos das universidades com o objetivo de evitar a evasão dessas instituições, desencadeando a criação do Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), sendo encarregado este de discutir e elaborar, propondo ao Ministério da Educação (MEC), uma proposta de política de assistência estudantil. Com as transformações na sociedade brasileira no que refere-se a democratização da educação, foram criadas programas que ampliaram a promoção do acesso e inclusão gratuitos em instituições públicas de nível superior. A ênfase deste trabalho ao discorrer sobre o estágio supervisionado em Serviço Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da experiência adquirida através dos conhecimentos absorvidos, na construção de documentos (Plano de Estágio, Análise Institucional, Relatório de Estágio, Projeto de Intervenção e Diários de Campo) que serviram como embasamento na construção deste trabalho. A importância do projeto de intervenção na comunidade escolar de ensino médio da região de São Borja, visando disseminar informações cruciais que sensibilizem os usuários garantindo seus direitos como cidadão.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Serviço Social. Ensino Superior.

RESUMEN

Las desigualdades sociales son y siempre han sido una de las mayores dificultades que enfrentan las empresas. En Brasil no fue diferente y ha demostrado ser muy fuerte en forma de relaciones sociales. Con el elapso de tiempo y con el advenimiento de la Constitución Federal de 1988, los servicios sociales puede establecerse como un mecanismo capaz de llevar a cabo acciones de reducción de las desigualdades. Desde allí, trató de lidiar con la cuestión social bajo. Siendo en el presente trabajo el punto culminante en el aparato histórico con respecto a la educación superior. La promulgación de la ley de directrices y Bases de la educación nacional de 1996 (LDB), la preocupación de los decanos de estudiantes y asuntos de la comunidad en la creación de una política orientada a académicos de universidades con el fin de evitar la elusión de estas instituciones, provocando la creación de un foro nacional de Pro rectores de asuntos comunitarios y estudiantes (FONAPRACE), estando a cargo de éste para discutir y elaborar, proponer al Ministerio de Educación (MEC), una propuesta de política de asistencia estudiantil. Con la transformación de la sociedad brasileña en lo que se refiere a la democratización de la educación, los programas fueron creados para aumentar la promoción del acceso a y la inclusión gratuita en las instituciones públicas. El énfasis de este trabajo a explayarse sobre la práctica supervisada en Servicio Social en la oficina del decano de asuntos estudiantiles y de comunidad (PRAEC), la experiencia adquirida a través del conocimiento absorbido en la construcción de documentos (prácticas Plan, análisis institucional, investigación, intervención diseño y diarios de campo) que sirve como fundamento en la construcción de esta obra. La importancia del proyecto de intervención en la comunidad escolar de la región de São Borja, con el fin de difundir información crítica que alertara a los usuarios para garantizar sus derechos como ciudadano.

Palabras clave: Asistencia estudiantil. Trabajo social. Educación superior.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Respostas dos alunos do terceiro ano do Colégio Estadual Getúlio Vargas (2013)	62
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEGU – Colégio Estadual Getúlio Vargas

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica

NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAS – Política Nacional De Assistência Social

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFPeL – Universidade Federal de Pelotas

UFMS – Universidade de Federal Santa Maria

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA PRÁTICA DA FILANTROPIA A GARANTIA CONSTITUCIONAL	19
2.1 Considerações sobre a Política de Assistência Social no Brasil.....	19
2.2 Da Política de Assistência Social na Constituição Federal de 1988	24
2.3 Do Sistema Único de Assistência Social	27
3 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	32
3.1 O Panorama do Ensino superior no Brasil.....	32
3.2 A historicidade da Assistência Estudantil nas Universidades brasileiras	37
3.3 Da Assistência Estudantil como mecanismo político de permanência na Universidade Federal do Pampa	43
3.4 Objetivos e a ação profissional do Assistente na gestão da política de assistência estudantil na Unipampa a partir da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.....	48
4 DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIPAMPA A PARTIR DA ÓTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL	55
4.1 Estágio Supervisionado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.....	55
4.2 Projeto de Intervenção: Serviço Social como mediador da Política de Assistência Estudantil na Unipampa, democratizando informações nas escolas de nível médio.	58
4.3 Principais Resultados do Projeto de Intervenção.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE 1	71
APÊNDICE 2	72

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, resulta de uma pesquisa documental centralizada na ótica social produzida pelo surgimento da assistência estudantil e pelas mudanças trazidas junto com ela. Em uma apresentação reflexiva, crítica e propositiva no período da graduação, com destaque na atividade teórica-prática executado no campo de estágio vivenciado junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Durante o período de estágio, oportunizou-se adquirir experiências sobre o trabalho do Assistente Social na política de assistência estudantil no âmbito da gestão.

Sendo assim, na elaboração deste trabalho recorreu-se a consultas de bibliografias específicas sobre a assistência estudantil e também os documentos construídos durante o período de estágio como: relatório de estágio, análise institucional, projeto de intervenção, diário de campo, entre outras fontes complementares. O método dialético-crítico é usado para a realização do trabalho, tendo como eixos centrais a totalidade¹, a historicidade² e contradição³.

Com o decorrer do estágio, vivenciou-se o trabalho interdisciplinar realizado pelos profissionais no campo da assistência estudantil, sendo o fazer profissional do Assistente Social na perspectiva de elaboração e gestão de recursos na perspectiva da Assistência Estudantil. Desta forma, o Assistente Social não interage diretamente com os usuários, mas trabalha na elaboração, planejamento e execução dos programas voltados aos acadêmicos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com vistas a garantir a permanência com qualidade dos alunos ingressantes em todos os campus da Unipampa.

Através da observação e interação a respeito da configuração do trabalho do profissional, percebeu-se a sua função social, pois o trabalho constrói-se na

¹ “A categoria *totalidade* é caracterizada pela averiguação de todos os aspectos que incidem diretamente em uma situação posta” (PRATES, p. 25, 2000).

² A categoria *historicidade*, “significa o reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais.” (PRATES, p. 25, 2000). Faz menção aos períodos de tempo passado, presente e futuro. Diz respeito aquilo que aconteceu e, deste modo, não há como ser mudado.

³ Prates (2000, p. 24) define *contradição* como: [...] uma negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados (nega, mas não exclui o oposto, há sim, a luta e unidade dos contrários). É a definição de um elemento pelo que ele não é, significa a pressuposição necessária da existência do oposto.

perspectiva da garantia de direitos para a comunidade acadêmica. Diante disto, juntamente com percurso descrito no trabalho, foi trazida a construção histórica de elementos fundamentais para alcançar os objetivos propositivos construtivos. Será realizado um resgate histórico sobre os processos de construção da sociedade e como estes vieram a interferir na atual conjuntura social brasileira.

As relações sociais, antes da construção da Constituição Federal de 1988, eram estabelecidas através de ações meramente filantrópicas e assistencialistas. Os sujeitos eram subalternizados pela sociedade burguesa. O objetivo maior de uma relação social era a proteção do patrimônio e, logo, a acumulação de capital. Cidadãos desprovidos de qualquer direito ou proteção, encontravam-se em uma sociedade onde figurava a ausência de proteção social pelo Estado.

Com as modificações no âmbito social, mais ações puderam tomar forma para combater as resistentes desigualdades sociais. Neste sentido, uma das principais transformações que ocorreram, foi a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988.

A Constituição Cidadã é, sem dúvida, um marco histórico no âmbito social e jurídico, pois por meio dela a Assistência Social é garantida como direito. Passou a responder a realidade social que emergia das mudanças que foram surgindo, bem como constantemente têm surgido.

Apesar de dificuldades em seu processo de construção, a assistência social, por meio da Constituição Federal de 1988 e de programas sociais, conseguiu firmar campo de atuação com os devidos meios de trabalho, os quais possibilitaram maior atendimento às demandas, na proporção em que as mesmas surgiam. A CF/88 garantiu os direitos sociais básicos para a população e, para além disso, criou novos espaços sócio ocupacionais para a categoria profissional dos Assistentes Sociais.

Um espaço de intervenção profissional do Assistente Social diz respeito ao campo da assistência estudantil. Esta, estará sendo discutida no decorrer do presente trabalho de conclusão.

O profissional Assistente Social que trabalha na perspectiva viabilizar a garantia da assistência estudantil, enquanto direito, intrínseco ao PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil), visto que esta, visa garantir o acesso e permanência do aluno ao Ensino Superior na perspectiva de “viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna” (PNAES, 2007/08). Portanto, pensar a profissão na

educação é relacioná-la de forma direta ao PNAES, pois é a partir dela que se materializa na realidade concreta dos cidadãos, este direito que é assegurado por lei. A Política Nacional de Assistência Estudantil é uma ferramenta que deve ser utilizado pelo Assistente Social, na busca da construção de uma sociedade mais justa onde todos possam acessar o ensino superior independentemente das suas condições financeiras.

A assistência estudantil surge com o objetivo de promover a diminuição das desigualdades e atender as necessidades no campo educacional. Nesta conjuntura de construção, diversos programas voltados para a área estudantil bem como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foram introduzidas nas Universidades como formas de acesso e inclusão social dos estudantes, e ainda a sua permanência.

A partir do PNAES, houve grande preocupação do Estado com a evasão dos alunos do ensino superior, devido às diversas formas de desigualdade que se materializam no cotidiano de vida dos acadêmicos, como a vulnerabilidade social e a evasão escolar.

Assim, é necessário pensar e construir intervenções profissionais na perspectiva de concretizar mecanismos de inserção e apoio estudantil que atendam as necessidades dos alunos ingressantes na universidade. A construção de moradias estudantis, a oferta do restaurante universitário (RU), o incentivo ao lazer, esporte e cultura, a qualificação do acesso à saúde, são algumas das iniciativas que visam garantir, com qualidade, a permanência do acadêmico no âmbito universitário.

Nesse contexto, ao realizar a intervenção na comunidade escolar, do município de São Borja, foi possível compreender a importância de estabelecer vínculos que gerem maior aproximação entre a comunidade local e a universidade, fomentado, assim, a inclusão social por meio da educação.

O presente trabalho ressalta principalmente os resultados obtidos através da intervenção realizada na escola de nível médio do município, com o objetivo de democratizar as informações sobre o ingresso e permanência do estudante na Universidade Federal do Pampa, elencando principais características da instituição.

O primeiro capítulo – O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA PRÁTICA DA FILANTROPIA A GARANTIA CONSTITUCIONAL – discorre acerca de uma breve contextualização da Política de Assistência Social no Brasil na década de 1930 a assistência social era vista como prática filantrópica e as

manifestações da questão social, como a pobreza, eram vistas como desajustes das relações sociais, sendo tratadas como “caso de polícia”. E diante da inclusão da assistência social por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, que responsabiliza o poder público a garantir a toda população, sem restrições a classes, direitos sociais, civis e políticos a assistência social na elaboração e desenvolvimento de ações destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

No segundo capítulo - O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – é apresentado um panorama do ensino superior no Brasil transcorrendo a história da criação da Unipampa na região oeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) expandindo, nessa região, a educação superior por meio do REUNI com o principal objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior. E por fim, o fazer profissional do Assistente Social inserido na política de Assistência Estudantil.

O último capítulo - DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIPAMPA A PARTIR DA ÓTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL – relata-se o processo de estágio I e II vivenciado na PRAEC sendo uma das pró-reitorias, que trabalha de acordo com a Política de Assistência Estudantil, encarregadas da gestão de recursos voltados a permanência dos acadêmicos na Universidade por meio de elaboração de programas e projetos que evitem a evasão destes da instituição. Desta forma, com a experiência de estágio II, criou-se o projeto de intervenção “Serviço Social como mediador da Política de Assistência Estudantil na Unipampa, democratizando informações nas escolas de nível médio”, na perspectiva de ampliar o conhecimento relacionado à Unipampa e à Assistência Estudantil, para além dos portões da universidade, centrando o foco nos alunos matriculados no ensino médio das escolas da cidade de São Borja, pois estes estão em processo de formação escolar e visam o ingresso em uma instituição de nível superior. O projeto fora realizado no mês de agosto com a abordagem, através de diálogo e palestra, realizou-se uma contextualização sobre o tema da Assistência Estudantil na Unipampa, distribuindo-se logo após a palestra, um questionário avaliativo onde alunos estariam respondendo questões sobre a apresentação do projeto e conhecimentos sobre a instituição. Também foi entregue um folder com as principais informações sobre a Política de Assistência Estudantil, os programas

desenvolvidos na Universidade Federal do Pampa e o modo de inserção na Universidade pública.

Por fim, nas CONSIDERAÇÕES FINAIS do trabalho mostram-se algumas reflexões sobre pontos de maior relevância para com o objetivo do mesmo.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA PRÁTICA DA FILANTROPIA A GARANTIA CONSTITUCIONAL

Sendo alvo de discussões e debates, a Política de Assistência Social vem ganhando grande visibilidade depois da Promulgação da Constituição Federal de 1988, pois com ela a assistência tornou-se responsabilidade do governo. Desta forma, procura-se trazer à discussão neste capítulo um breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil, bem como as ações que foram realizadas durante o transcorrer do tempo.

A partir do histórico da trajetória da Assistência Social, pode-se perceber que em um momento inicial cada sociedade levou em conta suas particularidades na inserção da assistência social, considerando-a como uma forma de caridade. Com o tempo, instituições religiosas, entidades filantrópicas e entidades beneficentes tomaram frente na prática de ações de auxílio a pessoas consideradas pobres e “fragilizadas”, assumindo parte das responsabilidades que cabiam ao Estado.

2.1 Considerações sobre a Política de Assistência Social no Brasil

No Brasil, bem como em outros países, a Igreja teve participação decisiva nas relações sociais. Na década de 1920, a “questão social”, segundo Yamamoto e Carvalho (2007, p. 125), teve “seu aparecimento ligado diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”, passando assim a ser evidenciada a partir das desigualdades e necessidades vividas pelos trabalhadores na época, caracterizada pela exploração que aqueles sofriam em decorrência da venda da força de trabalho aos detentores dos meios de produção capitalistas.

Diante disso, tendo em vista as evidentes desigualdades ocasionadas pelo capitalismo:

[...] a assistência irá sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho (SPOSATI, 2010, p.41).

Segundo Sposati (2010) até a década de 1930 no Brasil, através das configurações geradas pelo trabalho e pelo Estado, afirma-se que a pobreza não era tratada como expressão da questão social, enquanto que para o governo, era vista como um processo contraditório das relações sociais, tratando os “problemas” sociais como “caso de polícia” e disfunção pessoal dos indivíduos que eram encaminhados para asilos ou internação. Com estes tipos de atendimentos e encaminhamentos era reforçada a percepção de que as camadas empobrecidas eram consideradas frágeis, doentes, párias da sociedade.

Dito isto, conforme Sposati:

A competência cotidiana para cuidar de tal “fenômeno” era colocada para a rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial àqueles organismos atrelados a igrejas de diferentes credos. O Estado se insinuava nesta rede enquanto agente de apoio, um tanto obscuro, ou de fiscalização (SPOSATI, 2010, p. 41).

Segundo Azambuja (2010), na medida em que se acelerava a industrialização, a população rural começava a migrar para os grandes centros urbanos atrás de melhores condições de vida, pressupondo a existência de duas classes: capitalistas e trabalhadores. Enquanto os capitalistas eram donos dos meios de produção, os trabalhadores vendiam sua força de trabalho realizando a transformação da matéria-prima:

Os trabalhadores, então, eram obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantir sua subsistência, sem a existência de legislações eficazes que garantissem condições dignas de trabalho e medidas de proteção (AZAMBUJA, 2010, p. 18).

Diante da situação indigna de trabalho, foi necessário um levante que fosse capaz de provocar mudanças sociais, na vida daqueles oprimidos pelo sistema que se impunha:

Essas condições de trabalho e existência tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa. Defesa que se centrará na luta contra a dilapidação, pelo fato trabalho excessivo e mutilador, de seu único patrimônio, cuja venda diária permite sua sobrevivência e reprodução (IAMAMOTO, 2007, p.130).

Com o real conhecimento de que as desigualdades eram causadas pelo capitalismo, que conseqüentemente gerava condições laborais inapropriadas aos proletariados, a classe trabalhadora resolve impor-se, de modo que passou a realizar manifestações por melhores condições de vida e trabalho. Com isso é que então “as expressões da questão social passam a ser evidenciadas na sociedade através dos movimentos sociais por parte do operariado [...]” (AZAMBUJA, 2010).

Sobretudo com a inserção do Estado na mediação das expressões sociais produzidas através da relação capital-trabalho onde de um lado, segundo Sposati (2010) “é condição fundamental para a acumulação, consolidação e expansão do capital. De outro passa a assumir responsabilidades pelas condições de vida da população”. Sendo assim na década de 30, no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de amenizar as tensões sociais, passam a ser criadas legislações e medidas atendendo a classe trabalhadora (AZAMBUJA, 2010).

Sposati menciona ainda que,

À medida que o estado se responsabiliza pelas condições de reprodução da força de trabalho, passa a incorporar igualmente a nova técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta programática (SPOSATI, 2010, p. 42).

Em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a função de fiscalizar, coordenar e controlar as ações junto às forças de trabalho, e em março de 1932, foi instituída a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho que se torna símbolo de cidadania no país.

Conforme Sposati (2010), o Estado passa, progressivamente, a reconhecer a Questão Social como questão política que deveria ser resolvida sob sua direção. Assim, a assistência passa a configurar-se como “esfera programática de ação governamental de prestação de serviços, tanto como mecanismo político, como para amortecimento de tensões” (SPOSATI, 2010).

Porém, embora tenha havido um progresso social, Yazbek acredita que:

[...] a política social no Brasil tem funcionado ambigüamente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil, desde logo, cabe observar que as políticas sociais no contexto das prioridades governamentais, nos últimos vinte anos, vêm-se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos, configurando “o aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado” (YAZBEK 2009, p. 44).

A intervenção do Estado nas políticas sociais se revelou inoperante e sem capacidade de modificar a questão da desigualdade social da qual é caracterizada a sociedade brasileira.

De outro lado surgem, no Brasil, na década de 1930, as primeiras escolas de Serviço Social nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A primeira, como pontua Estevão (2006), foi criada em São Paulo no ano de 1936, e como se esperava era ligada a Pontifícia Universidade Católica, buscando sempre defender os interesses da burguesia e tendo caráter assistencialista e paternalista. Tornando os Assistentes Sociais os principais agentes de execução das ações sociais realizadas pelas instituições que seriam logo após criadas, que vão institucionalizar o Serviço Social, assumindo a assistência e legalizando a profissão no Brasil (ESTEVÃO 2006). Nessa perspectiva Sposati (2010, p. 42) pondera que “a presença do técnico introduz procedimentos racionais e científicos e garante a face da justiça social na operação da assistência”.

Com o devido apoio, a assistência ganha campo, configurando-se como ação governamental para o enfrentamento da questão social e prestação de serviços, com compromisso profissional para a população através de instituições assistenciais como a Legião Brasileira de Assistência fundada no ano de 1942.

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão (YAZBEK, 2009. p. 64).

Por volta de 1960 o Serviço Social no Brasil cresce e ganha caráter desenvolvimentista, com uma atuação neutra e em prol da sociedade burguesa. Com o Serviço Social de Comunidade a concepção que se tinha da realidade social no seu início foi orientada por uma “vaga noção de doença social e tinha a necessidade de equilibrar os pontos de estrangulamento social e de desequilíbrio” (ESTEVÃO 2006). A assistência social destinada à população subalternizada ainda tinha características caritativas, com a mesma visão de que os problemas vivenciados eram causados pelos próprios sujeitos.

As ideias desenvolvimentistas, que visavam tirar o atraso em que os países da América Latina se encontravam, com o intuito de promover o progresso deste para a modernidade, influenciaram o Serviço Social também a modernizar. Com o

Serviço Social de Comunidade, o método de trabalho dos profissionais Assistentes Sociais assume uma postura mais técnica, focada na neutralidade e frieza e no aprimoramento do método. Mas essas técnicas que foram importados de países estrangeiros e desenvolvidos não se aplicaram com êxito na realidade da sociedade latino-americana, fazendo com que o Serviço Social passasse por uma crise, e por volta de 1965, leva os assistentes sociais a conhecerem a luta de classes (ESTEVÃO 2006). Ainda em 1965, com a apreensão da nova realidade brasileira, o Serviço Social começa a lutar por feições próprias, e com métodos e técnicas que fossem de adequados a realidade do país. Conforme Estevão (2006, p. 37) os Assistentes Sociais “deixaram de utilizar termos como “pobre”, “carente””, “patologia social” e começaram a lutar por mudanças de estrutura”.

Segundo Sposati (2010) em 1979 o destaque é para o III congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que foi um marco histórico e que tinha como tema as Políticas Sociais, que vinham sofrendo grandes críticas dos movimentos sociais que denunciavam a forma como era discursada pelo governo, sua distribuição, e na forma miserável que chegava a população. Também ocorre a unificação das instituições previdenciárias através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e também há uma expansão nos organismos estatais com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, que conforme o modelo da Previdência, considerava a exclusividade e a centralidade da ação federal.

Em 1980 com a Constituição Federal de 1988, que foi um marco no que diz respeito à cidadania, pois institui um Estado Democrático, a fim de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” (BRASIL, 1988, p. 01) a assistência social tomou forma de direito, passando a ser tratada como Política Pública, sendo competência do Estado organiza-la dentro da Seguridade Social.

Com a grande conquista da Constituição Federal de 1988 que passou a garantir a toda população, sem restrições a classes, direitos sociais, civis e políticos, a assistência social foi integrada a seguridade social e garantida como um dever do estado e direito do cidadão, compreendendo “um conjunto de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p. 90). Sendo assim:

A Constituição Federal de 1988 inscreveu a assistência social como política pública no âmbito da seguridade social, proporcionando proteção à população brasileira por meio de uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (BRASIL, 2010, p.36)

A inclusão da assistência social como política pública, foi resultado da luta da categoria profissional dos assistentes sociais que realizou diversos movimentos junto a outros trabalhadores de diversos segmentos e da população brasileira, que promoveram alianças políticas propostas e debates com negociações, com destaque importante da participação de organizações representativas e dos assistentes sociais, como afirma Raichelis:

[...] A elaboração da LOAS é resultado da mobilização de diferentes segmentos sociais que se organizaram com o objetivo de fortalecer a concepção de assistência social como função governamental e política pública, envolvendo intrincados processos de negociação e formação de consensos pactuados entre diferentes protagonistas da sociedade civil, do governo federal e da esfera parlamentar (RAICHELIS, 2000, p. 123).

Assim levantaram a bandeira da qual o Estado deveria se responsabilizar por propor uma política que conseguisse dar conta das necessidades sociais numa lógica de questão pública.

A política social, particularmente a assistência social tomou caráter universal, tornando-se um direito, não mais uma benesse, compondo o tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência, compreendendo um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos” (BRASIL, 1988, p. 173).

Diante disso, sem margem de dúvidas que o divisor fundamental na afirmação da assistência social no Brasil foi a Constituição Federal. Por meio dela a assistência social pode firmar seu real objetivo e aos poucos relacionar-se com outros ramos sociais.

2.2 Da Política de Assistência Social na Constituição Federal de 1988

Com a inclusão da assistência social por meio da constituição de 1988, o Brasil foi colocado em posição avançada pela adesão de um conceito de cidadania que responsabiliza o poder público pelas políticas sociais em um patamar de

visibilidade articulada com uma política de proteção social, distanciando-se de práticas assistencialistas, paternalistas e clientelistas que marcavam a assistência social na década de 1930.

Com o suporte da Constituição Federal, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que estabeleceu o pontapé inicial do processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social, através de conselhos deliberativos nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, sob um sistema descentralizado e participativo, consolidou a assistência social como Política Pública e dever do Estado. O processo de descentralização, concebido enquanto um método voltado para a implantação de uma ideologia da “eficiência e de eficácia” fez com que as três esferas de governo (União, Estado e Município) assumissem funções definidas.

Esta estratégia foi baseada em uma proposta de maior integração local entre os recursos públicos e das organizações não governamentais, no que concerne ao financiamento das políticas sociais. Entretanto, sem considerar as diferenças regionais acabou ocorrendo ausência dos mecanismos adequados para o repasse de recursos, o que acentuou as desigualdades sociais individuais de cada região.

Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁴ que teve como uma de suas primeiras ações suspender a exigência de certidão negativa de débitos para repasses de recursos federais aos municípios, houve unificação dos programas sociais que estavam dispersos em vários ministérios. Em 2005 ocorreu a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). A NOB SUAS (2005) é responsável por avanços significativos como a implantação dos Pisos de Proteção⁵ no financiamento da Assistência Social e o respeito à diversidade nacional.

⁴ O MDS é originário de três estruturas governamentais extintas: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa), Ministério da Assistência Social (MAS) e Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família. Com a criação do MDS, em 2004, o Governo Federal centralizou as iniciativas e passou a executar sua estratégia de desenvolvimento social de forma mais robusta e articulada e com maiores investimentos nas políticas públicas, que atendem dezenas de milhões de pessoas (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio>. Acessado às 23h30min em 15 de Janeiro de 2014).

⁵ Segundo a Portaria MDS nº 442, de 26 de Agosto de 2005, os Pisos Básicos consistem em valor básico de co-financiamento federal, em complementaridade aos financiamentos estaduais, municipais e do Distrito Federal, destinados ao custeio dos serviços e ações sócio assistenciais continuadas de Proteção Social Básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Após a implantação da PNAS (2005) e do SUAS (2005), os avanços puderam ser visualizados nos seguintes aspectos:

[...] maior precisão de definições, concepções, critérios e interfaces, entre o quais ressaltamos o gerenciamento único, a ênfase na gestão da capacitação dos agentes, a centralidade na matricialidade familiar, a distribuição socioterritorial de acordo com indicadores que priorizam as maiores concentrações de população vulnerável e a inclusão de programas de capacitação e geração de renda na Rede de Proteção Básica (MENDES, PRATES; AGUINSKY, 2006, p. 18).

Com todas essas mudanças no contexto da assistência social, abriram-se possibilidades para que os profissionais de Serviço Social não fossem apenas agentes de controle e reprodução das relações sociais, mas atuantes nas lutas e conquistas como a LOAS e a PNAS. O Assistente Social passou ser um agente de mudanças nas lutas das classes por direitos e maior igualdade.

Neste sentido, importante ter claro conhecimento das diretrizes da Assistência Social, as quais foram elaboradas segundo a Constituição Federal (1988), a LOAS (1993) e a PNAS (2004) possui as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (CF, 1988; LOAS, 1993; PNAS, 2004).

A partir destas diretrizes e da necessidade de construção das políticas sociais a partir de uma perspectiva democrática, percebe-se a importância da participação da população usuária da assistência social, na discussão sobre a forma de efetivação dos programas, projetos, ações e serviços sociais prestados pela Política de Assistência Social, como um direito, conquistado num processo de lutas e reivindicações populares que emergiu a partir dos meados da década de 1980, e culminou na Constituição Federal, a chamada “Constituição Cidadã”. Ressaltando sempre que a Política de Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado,

oferta o respaldo legal e político para que os usuários desta política possam cobrar do Estado o atendimento de suas demandas e necessidades sociais.

2.3 Do Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁶ foi implantado no ano de 2005 e significou o avanço da construção da Política de Assistência Social no Brasil. Veio para efetivar a prática da assistência e para materializar a LOAS.

Conforme o que está descrito na PNAS:

[...] o SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (BRASIL, PNAS, 2005, p. 39).

Nos municípios a presença do SUAS é constituída e materializada através dos Centros de Referência em Assistência Social e Centro de Referência Especializado em Assistência Social que são unidades estatais públicas localizadas em áreas de maior risco e vulnerabilidade social e preveem uma organização participativa e descentralizada de apoio e atenção às famílias.

O modelo de gestão da política de assistência social, supõe um pacto com definições de competência entre município, estado e federação, onde programas, projetos e benefícios são organizados na forma de hierarquia de complexidade, levando em conta o tipo de proteção social em que se dividem: proteção social básica, que ocorrem nos CRAS e proteção social Especial de alta e média complexidade, que ocorrem no CREAS, considerando os portes dos municípios.

⁶ O SUAS constitui-se num sistema amplo e complexo que estabelece, com base na PNAS, instruções relativas à concepção da política, conformação da rede, critérios para avaliação e monitoramento e para o financiamento integrado da política pelas três instâncias de governo (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2006, p.18).

A proteção Social Especial esta dividida em: proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade, conforme assinala a PNAS:

[...] a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil [...] (BRASIL, PNAS, 2005, p. 31).

A PNAS ainda menciona que a proteção social especial atende a família e indivíduos com direitos violados, mas onde os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Com isso, requerem maior estruturação técnico-operacional, atenção individualizada e especializada, com acompanhamentos monitorados e especializados tais como a PNAS (2005, p. 32) pontua, por exemplo: “Plantão Social, abordagem de rua, cuidados no domicílio”, entre outros. O serviço de alta complexidade são aqueles que garantem “proteção integral aos indivíduos, como, moradia, alimentação, higienização, a famílias e indivíduos que estão sem referência ou em situação de ameaça e tiveram de ser retirados do convívio familiar e comunitário, como por exemplo, casa lar, casa de passagem, albergues, entre outros” (PNAS, 2005).

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É destinado a populações que vivem em risco de vulnerabilidade em decorrência da pobreza, ausência de trabalho e renda, que não conseguem ter acesso a serviços públicos e também fragilidade de vínculos (afetivos, gênero, étnicos, por deficiência, entre outros). A proteção social básica tem por finalidade o desenvolvimento em rede, através de programas, projetos, benefícios e serviço de acolhimento, convivência familiar e comunitária de sujeitos, conforme a situação de vulnerabilidade.

Igualmente, a proteção social básica se materializa em várias instituições principalmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)⁷, que

⁷ Os CRAS estão localizados estrategicamente em áreas de pobreza, prestando atendimento sócio-assistenciais, articulando os serviços disponíveis em cada localidade e potencializando a rede de proteção social básica.

trabalham a rede socioeducativa, os benefícios eventuais, os programas e projetos de geração de renda e capacitação produtiva.

Os Benefícios Eventuais⁸, estando dentro da proteção social básica tem caráter provisório e o objetivo de dar suporte aos cidadãos e famílias que estão em situação de fragilidade. O critério para a concessão destes benefícios é a família ter renda per capita de um quarto do salário mínimo vigente, conforme determina a LOAS em seu Capítulo IV, Seção II garante:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública (BRASIL, 1993, p. 07).

O controle das ações promovidas pela Política de Assistência, utiliza o processo de avaliação e monitoramento de programas, projetos e benefícios que auxilia o maior entendimento e a consolidação da Política Nacional de Assistência Social. Também ajuda na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requerendo esforços da três esferas da federação (BRASIL, 2004).

Confirmando as deliberações sucessivas desde a I Conferência Nacional de Assistência Social de 1995, a IV Conferência Nacional, realizada em 2003, define-se claramente pela elaboração e implementação de planos de monitoramento e avaliação e pela criação de um sistema oficial de informação que possibilitem: a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. Agregado a isto, a Conferência ainda aponta para a necessidade de utilização de um sistema de informação em orçamento público também para as três esferas de governo (BRASIL, 2004, p. 49).

⁸ Hoje os benefícios eventuais são ofertados em todos os municípios, em geral com recursos próprios ou da esfera estadual e do Distrito Federal, sendo necessária sua regulamentação mediante definição de critérios e prazos em âmbito nacional (BRASIL, 2004, p.29).

Assim os municípios, por meio do portal do Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome, através do link Rede SUAS⁹, devem alimentar o sistema mantendo sempre atualizados os dados referentes a programas, projetos, benefícios e serviços. Desta maneira a sociedade civil e o Estado poderão sempre estar visualizando se estes serviços estão sendo realizados com “eficiência e eficácia”.

O Relatório Anual de Gestão é também uma ferramenta de controle e fiscalização e disseminação de informações, pois:

[...] destina-se a sintetizar e divulgar informações sobre os resultados obtidos e sobre a probidade dos gestores do SUAS às instâncias formais do SUAS, ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e à sociedade como um todo. Sua elaboração compete ao respectivo gestor do SUAS, mas deve ser obrigatoriamente referendado pelos respectivos conselhos (BRASIL, 2005, 41).

Assim os conselhos tem importante papel para o SUAS e são responsáveis pela aprovação das ações a serem desenvolvidas pelos gestores da política, pois serão responsáveis pelas condições e estabelecem quais dos Benefícios Eventuais garantidos pelo LOAS em seu art. 22 serão implantados e quais benefícios os municípios tem a pretensão de implantar.

Podemos dizer que a assistência social antes da Constituição Federal de 1988, traço marcante da formação sócio histórica do país, era submetida aos interesses dos governantes que a tratavam de forma clientelista, sendo marcada por sua descontinuidade (BOSCHETTI, 2001). Neste momento a assistência social pela primeira vez é tratada como dever e responsabilidade do Estado. Assim cabe a assistência garantir ações de prevenção e prover garantias de direitos que possibilitem aos usuários desta política, formas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais. Visto isso é possível pensar que a assistência social deve trabalhar em consonância com outras políticas.

A partir do embasamento histórico trazido pelos elementos da política de assistência social, é possível ofertar melhor compreensão do campo da política de assistência estudantil.

⁹ A Rede organiza a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados. Com isso, dá suporte a operação, financiamento e controle social do Suas e garante transparência a gestão da informação. A Rede Suas é composta por ferramentas que realizam registro e divulgação de dados sobre recursos repassados; acompanhamento e processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais; gerenciamento de convênios. Suporte à gestão orçamentária; entre outras ações relacionadas à gestão de informações do Suas (MDS).

Desta forma, ao adentrar o capítulo seguinte, é pertinente relacioná-lo com a política de educação, que também tem status de política pública pela Constituição Federal de 1988.

3 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Ao falar sobre o ensino superior brasileiro e assistência estudantil na Unipampa, é preciso fazer uma breve referência histórica acerca dos mesmos. A partir disso, será possível compreender a articulação da educação e a política de assistência estudantil nas Universidades brasileiras, com recorte para a Universidade Federal do Pampa.

3.1 O Panorama do Ensino superior no Brasil

A partir das demandas apresentadas pela sociedade, a educação necessitou ser fragmentada para obtenção de resultados positivos, quando então foi realizada a inserção do ensino superior no Brasil, com foco principal no desenvolvimento da população brasileira.

Segundo Vasconcelos (2010), o surgimento do ensino superior brasileiro se deu de forma tardia em relação a outros países, nos quais a origem foi no período colonial.

Com o advento da Constituição Republicana de 1891, embora no Brasil houvesse alguns avanços políticos (presidencialismo e voto aberto: de homens, mulheres, analfabetos), havia inúmeras restrições, eis que predominava os interesses das elites do país e omitia-se o compromisso do governo com a universidade.

Foi, somente, em 1912 que, no Estado do Paraná, surge a primeira Universidade Brasileira, que oferecia curso para o ensino superior com duração de três anos.

Representando um pequeno avanço na época, em meados da década de 1930 têm-se as primeiras aparições da Assistência Estudantil, onde a “educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado” (VASCONCELOS, 2010). Porém não existia nada firmado a respeito do ensino superior ser assegurado integralmente pelo Estado.

No decorrer dos anos de 1950 a 1970 as Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Particulares começaram a ser instauradas no Brasil e ao menos uma instituição em cada Estado instalada, consoante assevera Vasconcelos (2010).

Nesse contexto, iniciou-se a legislação sobre educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei n. 4024) hoje revogada pela Lei nº 9394, de 1996 colocou que a educação é o elemento basilar para a formação de uma sociedade:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Dito isto, segundo Vasconcelos (2010) na década de 1970 elevou-se consideravelmente o número de ingressantes nas instituições de ensino superior e com esta grande demanda exigiu-se do governo instituir novos cursos, onde o meio de adentrar em uma universidade era realizando uma prova de múltipla escolha.

Porém, com essa elevada massa ingressante, a qualidade de ensino passou a regredir, não atingindo, na época, o que era estabelecido pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968¹⁰, que se referia às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Dessa forma, a LDB de 1961 revogada pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, buscou-se atingir um campo educacional maior para o ensino superior, conforme assinala o artigo 43 da lei:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:
I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

¹⁰ Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acessado em: 26/02/2013.

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

No entanto, apesar do desenvolvimento e da luta pela constituição do ensino superior público, a ditadura militar em meados dos anos 1980, segundo Soares (2002) estabelecia que para melhor controle e segurança da sociedade, o ensino superior deveria ser realizado em universidades particulares, pois estas faculdades isoladas nas grandes regiões, dificultavam a mobilização política dos estudantes e as universidades públicas eram consideradas ambientes de sublevação, cujos professores eram cassados pelos militares. Sendo assim:

A importância dada ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros incentivassem a formação de recursos humanos de alto nível, para atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade: as universidades públicas foram as escolhidas para atingir esse fim. Nelas, principalmente nas maiores e mais tradicionais, foram criados cursos de mestrado e, mais tarde, de doutorado. Além disso, foram estimuladas as atividades de pesquisa (SOARES et. al. 2002, p. 34).

Através dos resultados obtidos com o desenvolvimento da pós graduação no Brasil, permitiu-se obter:

a) a valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;

b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós graduação *strictu senso*¹¹ no Brasil. Num primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;

c) a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;

d) a escolha das universidades públicas, como o locus principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país. A carreira docente, no setor público, passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo, a sua profissionalização, assegurada pela

¹¹ Corresponde a cursos de mestrado e doutorado.

possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas;

e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi uma característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;

f) o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;

g) Criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento. Os Encontros Anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins, oriundas de diferentes regiões e universidades do país (SOARES et. al. 2002, p. 35).

Com entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 que apresenta como um dos pontos à garantia de Educação Superior Pública para todo o Estado passou a ser responsável pelo repasse de verbas a estas instituições públicas governamentais. Sendo assim,

A Constituição Federal estabeleceu um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; assegurou, também, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral para funcionários federais. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades (SOARES et. al. 2002, p. 36).

A instituição da LDB, anteriormente citada, como a nova Lei que “introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e credenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação” (SOARES et. al. 2002). Estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Outrossim, no que tange à educação, cabe ressaltar:

A educação, entendida como aprendizado formal e estruturado, tem efeitos que ultrapassam a simples retenção de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades. Impactos relevantes em termos políticos também são sistematicamente observados em diferentes sociedades. Segundo a perspectiva predominante na Ciência Política, a instrução formal é dos fatores mais relevantes como determinante do comportamento político do indivíduo. Mesmo em modelos multicausais, a escolaridade costuma ser apontada como o preditor decisivo para atitudes como disposição de

participar e apoio à democracia. No nível individual, a escolaridade é a variável socioeconômica e demográfica com os mais claros efeitos em análises do tipo transversal (*cross-sectional*), que contemplam um único ponto no tempo. Nesses estudos, ela aparece em correlação consistente, forte e positiva com dimensões como interesse por política, uso da mídia, conhecimento de informações políticas, comparecimento às urnas, engajamento cívico e social ou com indicadores relacionados a atitudes democráticas e legitimidade, como tolerância e eficácia política (SCHLEGEL, 2011, p. 4).

Nesse contexto, cabe salientar que:

É no contexto moderno ou contemporâneo, em que a educação se formalizou plenamente e se tornou mais acessível, que se pode falar em política educacional, ou seja, em um conjunto de decisões e ações estruturadas, geralmente sob o comando do Estado, com a finalidade de prover a educação formal e de “atrair” os indivíduos para os “espaços” educativos, dotados de instalações, equipamentos e força de trabalho preparada (profissionais da educação). A simples existência da política educacional constitui-se na prova cabal não só da importância que as sociedades atribuem à educação formal (esforçando-se por destinar-lhes crescentes volumes de cursos), como também da aceitação que os indivíduos manifestam à atitude de submeter-se a um processo educativo formal, a ser bancado em boa parte com recursos públicos que saem dos seus bolsos (PIRES, 2005, p. 34).

Neste aspecto, destaca-se o disposto no artigo 205 da Constituição de 1988, o qual determina o seguinte: “*a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*”. Sendo assim, firmando dentro da lei brasileira o direito de todos.

Firma-se então, diante de um conjunto de diretrizes e normas sob controle estatal a política educacional, a qual tem como objetivo promover a educação formal em instituições de ensino reconhecidas pela sociedade, através de decisões e ações. Além de instigar a educação, define também, as condições de acesso a estas academias.

Segundo Pires (2005), nos países capitalistas, atualmente, a política educacional é implementada pelo governo com participação de fundações não governamentais. A sociedade não alcançaria os objetivos se não houvesse a intervenção do estado. Sendo assim, a política educacional também é uma política social, desde que a sociedade participe e desfrute dos bens e serviços e, que se

insiram em setores educacionais oferecidos pelo governo, na meta de melhorar suas condições de vida.

Cabe ressaltar ainda que:

[...] a oferta de oportunidades de educação pelo Estado constitui-se em uma política pública de caráter social, a que os indivíduos têm acesso de acordo com regras pactuadas, sendo o financiamento das despesas baseado em critérios que combinam desembolsos pessoais ou familiares e desembolsos por conta do orçamento público. Tal tipo de política educacional só é historicamente encontrado nas sociedades moderna e contemporânea, sob o capitalismo e sob a democracia, tendo esta última um caráter que varia no interior de um espectro ideológico que vai desde uma posição liberal-conservadora a uma posição social-democrata, conforme ênfase que de ao papel do governo na provisão de condições de vida e trabalho aos indivíduos (PIRES, 2005, p. 47).

Pires (2005), também aponta que a política educacional torna-se necessária em um contexto econômico capitalista e regime político democrático, na situação em que o indivíduo é livre e desimpedido para escolher suas ações, obtendo seu próprio sustento através do trabalho ao submeter-se a uma ordem constitucional definida pela ordem democrática representativa.

Portanto, a partir deste breve panorama histórico, onde foi possível apresentar as características e objetivos da Universidade perante a população, é permitido possibilitar maior compreensão de como tais características e objetivos se relacionam com a política de assistência estudantil em instituições superiores de ensino.

3.2 A historicidade da Assistência Estudantil nas Universidades brasileiras

A assistência estudantil está presente na sociedade articulando através de estratégias e ações, com o objetivo de promover o acesso e a permanência da população nas universidades públicas com qualidade.

Destarte segundo Rios (2011) a assistência social ocupa-se da garantia de direitos básicos, como educação, saúde, segurança alimentar e ao trabalho e geração de renda. Deste modo a assistência estudantil deriva como uma particularidade da assistência social, com o objetivo de focar no acesso e avaliação de estudantes no ensino.

Diante da democratização do ensino superior no Brasil, foi necessária a criação de ações que viabilizassem o acesso das camadas mais populares à educação superior diante da expansão da rede pública.

Sendo assim, na avaliação e ampliação de programas direcionados a políticas de assistência ao estudante, necessitou o Estado instituir meios que incentivassem as comunidades a adentrar nas Universidades, atendendo assim as demandas postas pela sociedade e conseqüentemente rebatendo as desigualdades expostas na educação.

Diante disto:

A assistência estudantil é um conjunto de ações assistenciais realizadas nas instituições de educação, com o objetivo de contribuir com os estudantes para que consigam seus plenos desenvolvimentos acadêmicos no ensino superior e de cidadania, tendo em vista as condicionalidades dos sujeitos durante o período de graduação (BERNARDES, 2013, p. 23).

Tendo em vista as mudanças ocasionadas pela Constituição Federal e da abertura política pós ditadura militar, com recorte para as mudanças educacionais, houve grande preocupação, por parte dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES com as políticas de apoio aos estudantes, já que a sociedade havia sofrido importante modificação.

Foi criado então, através do Segundo Encontro Nacional nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários e, nos anos seguintes, nos dias 21 a 23 de outubro de 1987, houve a sua instalação em Manaus/Amazonas. Desde então, sua denominação passou a ser Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), o qual é encarregado de discutir e elaborar proposta de política de assistência ao estudante ao MEC (Ministério da Educação), além de reunir os Pró-Reitores das IFES.

Desta maneira, com as transformações no cenário da educação superior no Brasil, incentivou-se a criação de outros órgãos representativos para os diversos segmentos de universidades. Em 23 de maio de 1989, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) como “representante oficial das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral” (FONAPRACE, 2012).

Igualmente, considerando as mudanças sociais brasileiras, em destaque, a democratização do acesso à educação, houve também a ampliação do acesso e inclusão gratuitos em instituições públicas de nível superior, bem como foi propiciada a criação de programas como: de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI), a adoção dos sistemas de cotas sociais e raciais e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Estes avanços, tinham como objetivo enfrentar os problemas em relação à educação no ano de 2007 e, nesta perspectiva, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que:

[...] oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil. Esse alinhamento exige a construção da unidade dos sistemas educacionais como sistema nacional – o que pressupõe multiplicidade e não uniformidade. Em seguida, exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas na sua unidade, mas também a partir dos necessários enlances da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, única forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade (PDE, 2007, p. 5).

O PDE foi criado com o objetivo de enfrentar as desigualdades sociais na sua estrutura educacional, reduzindo-as na articulação de meios e ações que sanem essas demandas desestruturantes. Para isso o PDE está sustentado em seis pilares:

i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social – que são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos constitucionais, com a finalidade de expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro (PDE, 2007, p. 11).

Desta forma, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 objetivou com sua criação:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características

particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (REUNI, 2007, p. 10).

O PDE (2007, p. 26) na articulação com o REUNI, possibilitou trazer *“recomposto o patamar de financiamento condizente com a oferta de matrículas, era preciso oferecer às instituições condições para que pudessem repensar sua estrutura acadêmica e seu desenho institucional”*. Desta maneira, na articulação com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o REUNI *“pretendia melhorar os indicadores das IFES, com o aumento imediato de vagas de ingresso e redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, através de investimento maciço na educação superior”* (Rios, 2011, p. 18).

A partir disto, tem-se que:

No contexto do PDE, a educação superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si: i) expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional, ii) garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica, iv) ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, e v) desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação (PDE, 2007, p. 25).

Sendo assim, coube ao profissional Assistente Social em sua atuação na área educacional, trabalhar com o desafio da ampliação e criar estratégias para o fortalecimento da política educacional dentro da universidade. Pois, a universidade é de extrema relevância para a população na medida em que é importante a existência de instituições públicas, laicas e de qualidade.

Portanto pode-se dizer que:

[...] a educação pode se tornar um recurso que contribui para a construção de uma nova ordem societária sem exploração de classes e desigualdades sociais, indo ao encontro do projeto ético-político da profissão, o que evidencia um dos princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais [...] (BERNARDES, 2013, p. 23).

Desta forma, articula-se a categoria profissional a um dos princípios do Código de Ética da Profissão: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24).

Nesse contexto, no processo de reestruturação e expansão das universidades, reconhece-se a importância da assistência estudantil no âmbito das IFES brasileiras.

Inicialmente foi elaborado, em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil produzido pela ANDIFES e mais tarde, considerado como política de Estado disposto pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que apresenta os seguintes objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (DECRETO Nº 7.234, 2010, Art. 2º).

Deste modo, segundo Azambuja (2011) o reconhecimento como política de Estado, cabe as universidades na elaboração de programas e ações no objetivo da democratização de informações de acesso ao ensino superior, diminuindo tanto índices de desigualdades sociais quanto as evasões acadêmicas e, inclusão social através da educação.

De acordo com esta afirmação, fica a cargo do PNAES na articulação de ensino, pesquisa e extensão e no atendimento aos alunos matriculados nas IFES, instruir estas instituições de ensino superior a desenvolver ações nas áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (DECRETO, Nº 7.234, 2010, Art. 3º).

Desta maneira:

A política de Assistência Estudantil “é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de

conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 63)

Diante das ações da PNAES no atendimento aos estudantes, analisam-se as situações mais emergentes visualizadas na realidade das instituições de ensino superior durante o ingresso dos alunos. Sendo priorizadas as ações de moradia, alimentação e transporte, com o objetivo de garantir a permanência destes ingressantes.

No artigo 5º do PNAES (2010) é determinado o limite de renda do público alvo a ser inserido nos programas da Assistência Estudantil:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (DECRETO, Nº 7.234, 2010, p. 1, grifos do autor).

Percebe-se que a política de assistência estudantil torna-se, um processo seletivo e ao mesmo tempo contraditório, ao delimitar o público através da renda per capita. Além das universidades realizarem avaliações socioeconômicas comprovando a vulnerabilidade social dos alunos para seleção ao direito a assistência.

Contudo, o principal objetivo desta política é garantir o desenvolvimento e a permanência dos alunos na graduação com condições dignas de viver. Desta forma, a assistência estudantil não deve se restringir a grupos, apenas, por renda baixa, mas ampliar a população beneficiada, universalizando esta política.

O trabalho do assistente social na mediação desta política estudantil no âmbito do ensino superior, acontece na medida em que este profissional identifica os fatores que desencadeiam os processos que impedem os usuários de acessar ao direito da educação. No enfrentamento da questão social, na luta por consolidação dos direitos sociais.

O trabalho do profissional no meio educacional é:

Pensar a relação do serviço social com a educação tem sido uma tarefa que tem ocupado parte significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes

inserções no campo das políticas sociais e, sobretudo, aqueles que cotidianamente constroem esta relação em função de uma atividade laborativa inserida nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, ou que requer uma articulação com os mesmos. Cada um desses investimentos pauta o recente processo de aproximação do Serviço Social à temática da educação nos diferentes espaços de debate, construídos em todas as regiões do país, sobretudo aqueles que se desdobram das iniciativas coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS, 2011-214, p. 15).

Portanto, diante do exposto acerca do trabalho do Assistente Social inserido no ensino superior e dos elementos até aqui trazidos, poderá ser melhor compreendida a política de assistência estudantil inserida na universidade e a ação profissional da assistência social, corroborando ao final com o que foi sistematizado no estágio supervisionado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.

3.3 Da Assistência Estudantil como mecanismo político de permanência na Universidade Federal do Pampa

Com o baixo índice de qualidade de educação e economia na região oeste do Rio Grande do Sul (RS), a comunidade decidiu reivindicar seus direitos ao acesso à educação básica e educação superior. Sendo assim a Universidade Federal do Pampa é o resultado dessas reivindicações.

Com a necessidade da região sul do Rio Grande do Sul se desenvolver, ampliando a oportunidade de estabelecer à população a inserção no ensino superior gratuito e de qualidade, motivou os governantes dessas áreas de alcance da Unipampa a realizar junto ao Ministério da Educação (MEC), uma instituição federal de ensino superior. Sendo assim o atendimento realizado na data de vinte e sete de julho de dois mil e cinco (27/07/2005), com o ato público do até, presidente nesta época, Luis Inácio Lula da Silva, na cidade de Bagé.

Sendo neste mesmo momento divulgado o consórcio Universitário da Metade Sul responsável pela colocação da nova Universidade, sendo consolidado, na data de vinte e dois de novembro de dois mil e cinco (22/11/2005), a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com o intuito de ampliar a educação superior pelo Estado. Portanto ficou a ponto de dividir

entre essas Universidades as cidades onde elas implantariam os campi. Cabendo a UFSM instalar os campi nos municípios¹².

De acordo com a Lei 11.640 de onze de janeiro de dois mil e oito (11/01/2008), constando em seu artigo segundo o objetivo da Unipampa – Fundação Universidade Federal do Pampa:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante a atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2009).

Segundo o Projeto Institucional (2009) a estrutura da Unipampa procura manusear as funções da reitoria e dos campi com o objetivo de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. Sendo criados grupos de trabalhos, assessores, comitês ou comissões que tratariam de assuntos relevantes para a constituição da universidade. Entre esses temas estão as políticas de ensino, pesquisa, extensão, de assistência estudantil, planejamento e avaliação, normas acadêmicas, a matriz para a distribuição de recursos, as matrizes de alocação de vagas de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, os concursos públicos e os programas de bolsas, com participação dos representantes de todos os campi.

Com o dever de exercer o seu compromisso com a população à sua volta, a Unipampa, através de atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão, começou a efetivar essas atividades a partir do conhecimento da realidade que a instituição teve da região. Estando envolvida com a superação das dificuldades e fortalecimento das potencialidades constantemente existentes nas regiões.

A gestão de acordo com a produção de conhecimentos deverá então promover a cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando o desenvolvimento regional acarretando em processo permanente de progresso de território.

¹² São Borja; Itaqui; Alegrete; Uruguaiana e; São Gabriel. E a UFPel com as cidades de: Jaguarão; Bajé; Dom Pedrito; Caçapava do Sul e; Santana do Livramento.

Então de acordo com os princípios balizadores do Projeto Institucional (2009) que visa à formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, sendo esta comprometida com o desenvolvimento humano, além de objetivar a graduação com qualidade no sentido de uma formação pública e democrática. E por parte da Universidade exige-se uma prática pedagógica como processo que dê materialidade aos princípios balizadores, sendo os professores mediadores de ensino/aprendizagem estimulando a reflexão crítica e o livre pensar do acadêmico.

Com o início da Unipampa, a infraestrutura física não estava dando conta das demandas necessárias para a formação acadêmica, como por exemplo, espaço da biblioteca, laboratórios, salas de aula. Sendo requeridos espaços provisórios para suprir as necessidades que a instituição exigia, principalmente a questão de se dispor de salas de aula.

A história da Unipampa e sua situação atual, com dez campi instalados nas cidades ao oeste do estado se caracterizam por ser uma universidade com desafios a vencer, com o objetivo de implantar, em pleno desenvolvimento, suas atividades. Assim como os setores das Pró-Reitorias, cujos assuntos estão divididos de acordo com as suas respectivas funções designadas:

- Pró-Reitoria de Graduação;
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Pesquisa;
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários;
- Pró-Reitoria de Administração;
- Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação;
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal.

Sendo assim com o recorte no estágio, que se encontra na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e comunitários que desde seu início junto com a instituição se preocupa com a questão de se ter uma política de assistência estudantil, de modo que o contingente de acadêmicos em condições precárias¹³ tenham suas

¹³ São condições de vulnerabilidade que encontram-se os alunos como alimentação inapropriada, baixa renda, difícil acesso a moradia, entre outros.

dificuldades amenizadas, tornando-os apropriados ao acesso às atividades curriculares e extracurriculares.

Inicialmente a Assistência Estudantil era realizada no formato de um grupo de trabalho, sendo a professora Sheila Kocourek encarregada de exercer o cargo de Diretora de Assuntos Estudantis e Comunitários, sendo esta data no ano de 2008, e mais tarde sucessivamente, no ano de 2009, a professora a ser nomeada para o cargo de Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários foi Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca. E meses mais tarde no mesmo ano foi nomeada assim como as outras designações feitas pela Reitora da Universidade, Maria Beatrice Luce, Eliana Mourgues Cogoy, para exercer o cargo de Coordenadora de Assistência Estudantil, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Contudo foi, no ano de 2009, constituído a Equipe Técnica do Processo de Seleção das Bolsas de Permanência cujos servidores eram:

- Eliana Cogoy e Simone de Oliveira nos cargos de Professoras Assistentes;
- Cristina Fraga no cargo de Professora Adjunta;
- Rafaela Rios no cargo de Administradora;
- Isabel Fonseca no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais.

Sendo esta equipe encarregada de analisar se os alunos solicitantes de bolsas deveriam ter seus pedidos deferidos ou indeferidos conforme sua situação de vulnerabilidade.

No ano de 2010 a Reitora da Universidade Federal do Pampa resolve instituir a estrutura organizacional da Universidade que atualmente é ministrada pelos seguintes profissionais:

- Pró-reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários - *Prof^a. Dr^a. Simone Barros de Oliveira*;
- Coordenadora de Assuntos Estudantis - Assistente Social Melissa Welter Vargas;
- Coordenador de Assuntos Comunitários - Prof. Dr. Cristóvão Almeida;
- Chefe de Divisão de Programas, Benefícios e Auxílios - Administradora Rafaela Rios;

- Chefe de Divisão de Apoio à Moradia e Alimentação - Administrador Gustavo de Carvalho Luiz;
- Pedagoga - Ana Cláudia Gattiboni Dutra;
- Assistente Social - Aline Flach Santos; *Assistente Social* - Vanusa Vissozi de Oliveira;
- Psicóloga - Juliana Sonego;
- Técnico Desportivo - Técnico Desportivo Bruno Lindemayer;
- Assistente em Administração - Geison Tiago Ribeiro Jardim;
- Assistente em Administração - Diones Antônio Hohemberger;
- Assistente em Administração - Jeferson Duda.

Como o campo de estágio se encontra na própria instituição de ensino, os objetivos a serem alcançados, a princípio, são os mesmos. Sendo essas finalidades de elaborar uma política de Assistência Estudantil para a universidade, conhecendo as características de cada campus, viabilizando o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico, concretizando a inclusão social e a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado. Também, como meta, contribuir para a formação integral dos acadêmicos, estimulando e desenvolvendo conhecimento científico, criatividade, consciência crítica e cidadã e por fim garantir a estrutura organizacional para a criação e o abono de recursos orçamentários e extraorçamentários para avaliar, monitorar e executar a assistência estudantil.

Através destes objetivos institucionais, une-se com as finalidades específicas do campo de estágio, que tendem a realizar pesquisas socioeconômicas dos estudantes; assegurar aos mesmos os meios necessários para a sua permanência; viabilizar o acesso às condições de igualdade, enaltecendo os direitos sociais de moradia, alimentação, assistência à saúde e suporte psicossocial; promover a socialização e publicização de produção acadêmica com qualidade; e por fim estabelecer parcerias com órgãos de representação estudantil, pró-reitorias, outras universidades e sociedade civil para a realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Contudo, para a realização destes objetivos, tanto gerais quanto específicos, é preciso a criação de programas voltados a Assistência Estudantil, sendo estes serviços prestados:

- Edição do Programa Desenvolvimento Acadêmico;

- Edição do Programa Apoio à Instalação Estudantil;
- Edição do Programa de Permanência (Alimentação, Moradia e Transporte);
- Edição do Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos;
- Edição do Programa de Ações Afirmativas (Indígenas, NuDEs, Inclusão e Acessibilidade);
- Apoio às Entidades Estudantis;
- Cartão Institucional;
- Moradia Estudantil (projeto e programa)
- Alimentação Subsidiada (RUs);
- Ampliação das Ações (Coração do Estudante, Apoio à Cultura, Esporte e Formação Complementar, Apoio à Mobilidade Acadêmica, etc.).

Através da execução destes programas, compreende-se que se tenham recursos financeiros que dão continuidade ao processo de implementação destas ações afirmativas voltadas a permanência dos estudantes. Sendo estes recursos institucionais como o patrimônio, que engloba todo o espaço físico da Unipampa; recursos humanos que envolvem os profissionais capacitados; e recursos financeiros que é repassado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e inclusive pela própria Universidade Federal do Pampa.

3.4 Objetivos e a ação profissional do Assistente na gestão da política de assistência estudantil na Unipampa a partir da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

Profissionalmente o trabalho do Assistente Social no setor da PRAEC é ligado com a política de Assistência Estudantil, sendo que neste campo de atuação a profissional não interage diretamente com o usuário, como por exemplo, a realização de entrevista, visita domiciliar e/ou avaliação socioeconômica. Mas sim trabalha com o processo de planejamento e elaboração de ações, projetos, editais e desenvolvimento de programas e benefícios no âmbito da assistência ao estudante e da garantia de seus direitos. Com base em registros e experiências de outras instituições públicas de ensino superior, este profissional trabalha na produção de documentações e benefícios que incorporam à política de Assistência Estudantil.

Desta maneira, os programas direcionados aos acadêmicos e a serem elaborados pela PRAEC dão estrutura a permanência. Sendo estes:

- **Programa de permanência:** consiste na concessão de auxílios de assistência básica ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção, possibilitando sua permanência na Universidade até a conclusão do Curso. Modalidades: alimentação, moradia e transporte.
- **Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico:** consiste na concessão de bolsas a acadêmicos, previamente selecionados, para realização de atividades de formação acadêmica nas modalidades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, constitutivas do perfil do egresso da UNIPAMPA, sendo desprovidas de vínculo empregatício.
- **Programa de Moradia Estudantil João de Barro:** consiste na concessão do benefício de moradia aos estudantes de graduação da UNIPAMPA, exceto nos casos de trancamento total da matrícula, desde que provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estão vinculados, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica
- **Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa:** consiste na concessão de subsídio à alimentação aos estudantes de graduação, com o objetivo de proporcionar refeições saudáveis, com qualidade e a um preço acessível.
- **Programa de Apoio à instalação Estudantil:** consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica.
- **Programa de Apoio à Participação em Eventos:** tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação em eventos presenciais acadêmicos, científicos e tecnológicos, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.
- **Programa de Ações Afirmativas:** tem como finalidade combater no ambiente universitário as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais, sociais, em

razão da deficiência e outras historicamente enraizadas na sociedade e contribuir na institucionalização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o objetivo de garantir o pleno acesso à educação superior em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

- **Programa de Apoio à Cultura, ao Esporte e a Formação Complementar:** tem por objetivo promover ações integradoras e interculturais com a comunidade universitária, visando incentivar vida saudável aos universitários, de acordo com as ações previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Contudo ao expor a operação do trabalho deste profissional, traz-se o entendimento sobre a questão de processo de elaborações e planejamento de ações, sendo esta etapa fundamental:

[...] à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação (BAPTISTA, 2010, p. 13).

Neste campo de atuação, o instrumental utilizado pelo profissional Assistente Social tem como documento principal o parecer social, sendo importante destacar que este é elaborado a partir de estudo social realizado pelos profissionais da área que trabalham diretamente com os usuários da política. Através do estudo social e parecer social, efetuado pelas demais Assistentes Sociais lotadas nos dez *campi* da Unipampa, mais especificamente no Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NuDE, o profissional Assistente Social da PRAEC analisa e formula seu parecer social final acerca de situações específicas.

O trabalho do Assistente Social configura-se com a demanda de onde ele esta exercendo sua profissão, sendo em instituição privada ou pública, mas com o intuito de garantir os direitos dos usuários de acordo com a política de proteção social na qual está inserido.

Sendo assim, o trabalho do Assistente Social nesta instituição é voltado à educação e, conforme o livro Serviço Social: Políticas Sociais e Transversalidades no Pampa, as demandas decorrentes dos enfrentamentos que a própria educação apresenta:

[...] as expressões da questão social manifestando a reprodução das desigualdades sociais numa espécie de “seleção natural” para o conhecimento, atribuindo desafios aos sujeitos que participam do seu planejamento, implementação e execução apresentando demandas ao Serviço Social (OLIVEIRA [et. al], 2012, p. 15).

Contudo, dentro do ensino superior, a questão a ser trabalhada envolve a própria educação dos acadêmicos, delimitando o trabalho do Assistente Social, entrelaçando seus objetivos profissionais, envolvendo a educação no âmbito acadêmico e a Política de Assistência Estudantil¹⁴, constando no site da Unipampa/PRAEC, que elenca seus princípios a serem tomados como objetivos de trabalho:

- Inclusão universitária plena, que proporcione o acesso de estudantes e a continuidade dos estudos a todos, igualmente, incluindo os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público;
- Igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos educandos na área da assistência estudantil;
- Democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações;
- Equidade na atenção aos educandos, na estrutura multicampi da UNIPAMPA;
- Compromisso de apoio às formas de participação e de organização dos educandos na universidade;
- Participação da comunidade universitária;
- Descentralização no acompanhamento dos estudantes, assegurando equipe técnica qualificada nas unidades da universidade.

Ao referir-se aos objetivos do profissional Assistente Social, está a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) dispondo em seu parágrafo único no artigo 2º:

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (LOAS, 1993, p.1).

¹⁴ Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/politica-de-assistencia-estudantil-3/>.

No âmbito do seu trabalho, o profissional elabora ações em prol dos direitos do usuário. Neste, caso envolvendo uma universidade como instituição de trabalho, garantindo o acesso aos direitos do aluno e a sua permanência na graduação, através da execução de seu trabalho, tomando como ponto chave a Política da Assistência Estudantil, o Assistente Social irá identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassam o cotidiano do campo educacional. Assim sendo, com a ação profissional do Assistente Social, na operacionalização deste objetivo, este irá colaborar junto aos demais profissionais para pensar a universidade como espaço privilegiado de acolhimento e incentivo aos ingressantes na instituição de ensino superior.

Ao abordar sobre a temática da Assistência Estudantil nas universidades:

As políticas de assistência estudantil na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Sendo assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas. Esse trabalho mapeia as políticas de assistência estudantis mais importantes instituídas, no plano nacional¹⁵, com vistas a colaborar na universalização da permanência à educação superior (COSTA, 2009, p. 2).

Portanto, as ações elaboradas de acordo com suas competências, voltadas ao usuário e que dão sentido ao processo de trabalho, são pautadas pela Política de Assistência Estudantil e oriundas dos objetivos profissionais do Assistente Social inserido neste espaço. Contudo, cabe salientar, não só o Assistente Social vai trabalhar esta política voltada ao amparo ao estudante, mas realizará suas funções em conjunto com outros profissionais que devem articular-se, trabalhando em prol da Assistência Estudantil. Com base nessa informação cita-se um trecho do livro *A Diversidade de Atuação do Serviço Social: desvelando o processo de trabalho*:

Não se pode exigir somente do profissional de Serviço Social a mais valorosa qualificação, pois este não trabalha sozinho e nem pode

¹⁵ Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, onde apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content.

responsabilizar-se por fazer tudo. O Assistente Social trabalha com uma equipe técnica de vários profissionais, em que todos devem ter e manter atualizados os conhecimentos em suas áreas específicas, visando garantir o melhor atendimento e execução das políticas públicas à população (OLIVEIRA; CUNHA; LERSCH, 2010, p. 58).

Com o trabalho interdisciplinar desenvolvido no setor da PRAEC, sendo uma das pró-reitorias da universidade, seus objetivos a serem seguidos são de acordo com o PNAES onde consta no Decreto nº 7.234, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência do estudante nas instituições federais. As universidades elaboram suas próprias políticas de ações estudantis, tomando como princípio os fundamentos do PNAES, cujos objetivos é de democratizar as informações que garantam de permanência dos alunos no ensino superior público federal; tornar mínimo as consequências das desigualdades sociais e regionais na permanência na graduação, diminuir a evasão e colaborar para a elevação da inclusão social pela educação.

Diante do exposto, ressalta-se que o trabalho do Assistente Social, exige a articulação dos instrumentais que competem às funções técnico-operativa, com os pressupostos teórico-metodológico e ético-político, apreendidos na formação profissional. Neste sentido, a teoria e a metodologia conferem intencionalidade ao instrumental de trabalho e, as dimensões ética e política, pois consolidam o compromisso profissional, devendo trabalhar na perspectiva da viabilizar a garantia do acesso aos direitos do cidadão, enquanto usuário livre de qualquer tipo de preconceito ou discriminação e preservando o sigilo.

Deste modo, a situação dos acadêmicos dos diversos cursos da Unipampa é motivo de preocupação para a comunidade acadêmica e esta inquietação sempre estará presente na instituição, justificada pelo aumento de alunos ingressantes na universidade, apresentando comprovada situação de vulnerabilidade social.

A população usuária descrita, trata-se dos próprios estudantes da instituição de ensino superior, cuja vida social e econômica encontra-se fragmentada por fatores que podem prejudicar seu andamento na vida acadêmica, permitindo, assim, a evasão dos cursos de graduação. Sendo assim, alguns dos fatores que podem ser prejudiciais à permanência na instituição:

- Alimentação inapropriada;

- Baixa Renda;
- Transporte precário;
- Difícil acesso a moradia;
- Região distante à cidade natal;
- Não conhecimento de informações fundamentais (como a Política de Assistência Estudantil, a finalidade de setores como a PRAEC, do NuDE, coordenações dos cursos, etc.) dentro da universidade;
- A infraestrutura física fragmentada, sendo que se exigem espaços novos tanto para o uso dos docentes quanto para os discentes;
- Difícil inclusão e acessibilidade dos acadêmicos com necessidades educacionais especiais e/ou de pessoas com deficiência.

Diante destas informações, que são fatores prejudiciais na vida acadêmica dos alunos, dispõe-se de ações que firmam a permanência destes usuários dentro da universidade com equidade e qualidade. Limitando-se ao atendimento de demandas e expressão da questão social como objeto de trabalho do Assistente Social.

Através das demandas apresentadas pelo espaço institucional da PRAEC durante o processo de estágio supervisionado I e II em Serviço Social, foi proposta a criação de um projeto de intervenção com o objetivo de democratizar informações e características da Unipampa e da política de assistência estudantil, sendo o público alvo alunos em processo de conclusão do ensino médio, em aptos a ingressar no Ensino Superior. Pois durante o período de estágio, visualizou-se que os alunos ingressantes na Unipampa, não tinham total conhecimento da política estudantil, e pouco sabiam sobre a instituição, sendo assim, vislumbrou-se oportunidade de intervir nas escolas de nível médio, com o objetivo de quando os alunos ingressarem na academia com o conhecimento de informações relevantes sobre a política e Universidade.

4 DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIPAMPA A PARTIR DA ÓTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo aborda-se elementos descritivos do estágio supervisionado I e II em Serviço Social. Ressaltando o aprendizado percorrido no âmbito da gestão da Política de Assistência Estudantil. Na articulação de conhecimentos entre acadêmico e profissional Assistente Social. Desta forma, no transparecer das demandas institucionais, aplicou-se um projeto interventivo na comunidade externa da Unipampa, em escolas de ensino médio, com alunos do terceiro ano, cuja finalidade foi viabilizar a democratização de informações referentes a Universidade Federal do Pampa com vistas a instigar no público o interesse pela inserção em uma Universidade. Diante dos relevantes resultados obtidos e analisados, buscou-se salientar possíveis proposições a serem tomadas.

4.1 Estágio Supervisionado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

A partir da inserção no espaço de estágio, construiu-se um processo de ensino-aprendizagem entre profissional Assistente Social e estagiário do curso de Serviço Social. Diante da construção de propostas, deu-se qualificação ao processo de trabalho do acadêmico e, também, do Assistente Social. Sendo assim, ao dissertar sobre a relevância do processo de trabalho em que se insere o profissional que ocorre no âmbito do espaço de estágio Lewgoy respalda:

Nesse sentido, apresenta-se como instância de dimensão política do processo de supervisão a articulação entre aluno, supervisor de campo e acadêmico. Assim, com base na crítica das práticas institucionais e da capacidade de propiciar autonomia, pode-se decidir qualitativamente uma agenda comum: alunos, assistente social e professor. Afirmamos que os protagonistas deste processo de ensino-aprendizagem, quer seja o professor, o aluno ou o assistente social supervisor, todos são beneficiados, pois a observação direta da faculdade do cotidiano de estágio pode significar avanços na formação profissional do aluno e oxigenação profissional do assistente social supervisor. Com essa aproximação, o profissional mantém-se atualizado para modificar a sua prática, favorecendo assim a população usuária com qual atua. Já o aluno, através da supervisão, sente-se respaldado e seguro nas suas ações, o que nos aponta a necessidade premente do professor do ensino superior e, em especial, o da disciplina de estágio (LEWGOY, 2010, p. 157).

Desta forma, alcançou-se a perspectiva de relacionar os conhecimentos elaborados a partir das cadeiras do curso de Serviço Social, com o fazer profissional do Assistente Social no âmbito da gestão dos assuntos estudantis e comunitários. Conforme a observação diária realizada no processo de estágio, oportunizou-se conhecer a dinâmica de trabalho do campo institucional, enriquecida pela participação em atividades realizadas pelo setor.

O planejamento de atividades, possibilitou ao estagiário articular conhecimentos acadêmicos com o processo de trabalho onde o profissional de serviço social se insere. No primeiro momento, no decurso do estágio I, a observação do cotidiano da instituição, mais especificadamente o trabalho do Assistente Social. Desta forma, incluía-se a participação em reuniões, em eventos relacionados à assistência estudantil e o processo interdisciplinar na PRAEC.

Na relação ensino-aprendizagem, no processo das ações voltadas a educação, o estágio é a cadeira de ensino que oportuniza a experiência de trabalho, e a ação do ensino que está mais perto de relações sociais e, segundo PNAES:

É fundamental articular ações ao processo educativo. Para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com sociedade e com a sua transformação, ela deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e de cidadania (p. 5).

O estágio em Serviço Social, oportunizou ao acadêmico a inserção no cotidiano do fazer profissional do Assistente Social. A partir da construção e participação em atividades o estagiário atrelou as teorias com as ações em campo. Conforme o Plano de Estágio (BRANDÃO, 2013):

- Observação do cotidiano de trabalho no campo de estágio, principalmente da prática profissional da assistente social;
- Aproximação com as temáticas discutidas/trabalhadas no campo de estágio (neste caso, a assistência estudantil), por meio de leituras dirigidas e da participação em espaços coletivos no cotidiano de trabalho;
- Compreender os demais profissionais executores da política de assistência estudantil na Unipampa, com vistas a trabalhar de forma articulada com os demais profissionais assistentes sociais, uma vez que a PRAEC é quem realiza a gestão deste trabalho interdisciplinar;

- Atender as demandas cotidianas deste espaço de trabalho (inclui elaboração de editais de seleção para bolsas, elaboração/aperfeiçoamento do instrumental de trabalho do Serviço Social, aperfeiçoamento de normativas referentes à assistência estudantil, dentre outros), mediante monitoramento da assistente social supervisora de campo, quando assim for possível e/ ou necessário;
- Participação em eventos de informação e discussões, realização leituras e levantamentos bibliográficos acerca dos direitos legalmente garantidos aos estudantes, buscando entendimento para contribuir com as propostas para política de assistência estudantil na universidade;
- Elaboração de relatório descritivo para a Supervisora de campo;
- Elaboração e entrega do Diário de Campo, Análise Institucional e Projeto de Intervenção Profissional de acordo com as normas científicas vigentes para a elaboração de tais documentos e dos respectivos prazos afixados para o seu recebimento.

As atividades realizadas durante o processo de estágio, oportunizaram a compreensão da Política de Assistência Estudantil; do espaço institucional; do reconhecimento do trabalho de cada profissional; da oportunidade de experiência no âmbito da gestão educacional; da articulação de conhecimentos entre acadêmico e Assistente Social.

Porém, destaca-se as dificuldades encontradas durante o percurso do estágio supervisionado, como o entendimento do fazer profissional do Assistente Social diante do âmbito inserido. Sendo este um espaço de gestão de recursos articulados à Assistência Estudantil, o profissional não realiza visitas domiciliares e/ou atendimentos a usuários.

A maneira de defrontar os obstáculos foi na busca por diversas leituras de documentos, na absorção de informações tanto no diálogo com profissionais da área quanto em documentos elaborados pela PRAEC, na busca por livros que dissertam sobre educação, sobre a política estudantil, sobre o trabalho do profissional Assistente Social em espaços institucionais, além de pesquisas referenciais em sítios digitais com o objetivo de sistematizar e compreender o campo de estágio.

Portanto, no decorrer do estágio na PRAEC, diante da reconhecimento desse espaço, das demandas evidenciadas no âmbito da assistência estudantil, das atividades desenvolvidas, dos diálogos entre supervisor de campo e acadêmico e materiais construídos durante todo o processo, elaborou-se um projeto de

intervenção com o objetivo de democratizar informações ao público externo ao da Unipampa.

4.2 Projeto de Intervenção: Serviço Social como mediador da Política de Assistência Estudantil na Unipampa, democratizando informações nas escolas de nível médio.

O Assistente Social tem por objeto de trabalho, as expressões da questão social, que estão reconhecidas no campo de estágio como as múltiplas adversidades expressas na vulnerabilidade econômica e social e na dificuldade ou falta de acesso à educação básica de qualidade, havendo também manifestações de exclusão social, desemprego, falta de acesso à saúde e aos movimentos sociais. O profissional executa seu trabalho inserido nas políticas sociais, principalmente com a política de educação e a de assistência estudantil, para atuar nestas demandas.

Dito isto, as demandas chegam até o Assistente Social materializadas em pareceres de avaliações socioeconômicas e/ou estudos sociais sobre os quais o profissional elabora parecer social final, envolvendo-se também na criação/elaboração de ações, programas e benefícios voltados aos acadêmicos.

As manifestações da questão social já mencionadas, estão presentes na condição vivenciada pelos acadêmicos dos diversos cursos da Unipampa, sendo este o motivo de preocupação para com a comunidade acadêmica e esta inquietação tem sido crescente nos últimos anos, justificada pelo aumento do número de alunos ingressantes na universidade, em especial os que apresentam comprovada situação de vulnerabilidade social.

Diante dos objetivos da universidade de elaborar uma Política de Assistência Estudantil para a instituição, percebendo as características de cada *campus*, viabilizando o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico, concretizando a inclusão social e a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado. Com a finalidade, também de, contribuir para a formação integral dos acadêmicos, estimulando e desenvolvendo conhecimento científico, criatividade, consciência crítica e cidadania e por fim, garantir a estrutura organizacional para a criação e o abono de recursos orçamentários e extraorçamentários para avaliar, monitorar e executar a assistência estudantil. Sendo assim, com o conhecimento destes

propósitos, aplicou-se o projeto com o intuito de democratizar estas informações para além da instituição.

O projeto de intervenção teve como objetivo levar ao setor escolar maior conhecimento sobre a Unipampa, destacando suas características essenciais (tais como forma de acesso/ingresso, cursos disponibilizados e seus respectivos *campi*, meios de auxílio à permanência, etc) bem como as qualidades enquanto instituição de nível superior público federal. O objetivo principal, consiste em levar o significado de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa, ao público-alvo. Para tanto, pensa-se em enfatizar como é desenvolvido o trabalho, dentro da Universidade, de acordo com esta política de assistência ao acadêmico.

Ampliou-se o conhecimento relacionado à Unipampa e à Assistência Estudantil, para além dos portões da universidade, centrando o foco nos alunos matriculados no ensino médio das escolas da cidade de São Borja, pois estes estão em processo de formação escolar e podem/devem visar o ingresso em uma instituição de nível superior. Com a abordagem, através de diálogo e palestra, realizou-se uma contextualização sobre o tema (“Unipampa/Assistência Estudantil”), abordando pontos que são trabalhados no projeto, tais como os programas, benefícios e ações voltadas à comunidade acadêmica.

Percebeu-se então, que o meio escolar, não somente é, um lugar de ensino/aprendizado, mas também um espaço onde os conhecimentos e habilidades, dos profissionais, podem ser transmitidos para as crianças, jovens e adultos sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio dos educandos. Ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade: eis alguns dos objetivos do processo educativo.

O Serviço Social, enquanto categoria profissional que está inserida nos mais diversos espaços de trabalho, nas mais diversas instituições, no âmbito da educação, tem seu processo de trabalho ligado à construção de ações que incidem diretamente na cidadania dos segmentos marginalizados. E enquanto profissional, tendo como centralidade de seu trabalho a questão social atuando nas diversas e complexas manifestações desta,

[...] tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais, dada a sua permeabilidade às

questões sociais globais e aos enfrentamentos particulares da vida social dos sujeitos que neles convivem, a importância e necessidade do trabalho do serviço social não apenas se confirma como se dimensiona (SARITA, 2012, p. 102).

Permeando seu processo de trabalho, o Assistente Social agindo conforme sua competência, elaborará e criará meios de mediação de propostas que possam ir de encontro às expressões de desigualdade oriundas da questão social. O desafio deste profissional em construir espaços de interlocução entre sujeitos sociais que imprimam níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, na direção da universalização dos direitos de cidadania.

A prática profissional nesta perspectiva faz jus ao artigo 5º do Código de Ética dos Assistentes Sociais: “São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários: c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;”.

A partir desta iniciativa de projeto de intervenção, sensibilizou-se a população escolar sobre seus direitos dentro de uma universidade pública, tais como as formas de se inserir dentro desta universidade, sendo que a mesma é pública, ou seja, sem nenhum tipo de custo exigido para estudar.

Sendo uma área com escassas discussões teóricas publicadas, a elaboração de projetos na área de assistência estudantil é de extrema relevância, sendo indispensável reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria, que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde (PNAES, 2010, 67).

Nesse sentido, urge o engajamento das universidades públicas, não apenas no debate, mas na concretizando ações que possibilitem o acesso e, sobretudo, a permanência no meio universitário em condições dignas e de forma equânime (PNAES, 2010, 7).

São as políticas sociais que asseguram à população o exercício de direito de cidadania. A educação, sendo uma das políticas sociais, é a base fundamental para a formação do cidadão. Assim, “o Serviço Social insere-se – como processo de trabalho – no atendimento dos sistemas públicos, governamentais e não-

governamentais de saúde, previdência, assistência, habitação e educação” (Gentili, 2006: 106).

A educação é um direito, fazendo parte de um conjunto de direitos chamados de ‘direitos sociais’, que têm como pretensão principal, promover o valor da igualdade entre os indivíduos. Percebe-se então, que o meio escolar, não somente é, um lugar de ensino/aprendizado, mas também um espaço onde os conhecimentos e habilidades dos profissionais, podem ser transmitidos para as crianças, jovens e adultos sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio dos educandos. Construir processos reflexivos acerca de diferentes problemas sociais, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade.

Os principais objetivos a serem alcançados pelo projeto, foi de levar à conhecimento da população são-borjense, focando na comunidade de estudantes em nível médio das escolas do município, características e informações essenciais a respeito da Universidade Federal do Pampa com o recorte detalhado da Assistência Estudantil, disponibilizando o conhecimento sobre esta instituição de ensino federal gratuita e seus direitos enquanto estudantes de uma universidade pública. Contribuindo com a comunidade de estudantes de nível médio, no entendimento da importância e dos objetivos da Unipampa na região. Estimulando a inserção desse segmento estudantil na Unipampa. Esclarecendo aos usuários o trabalho do Serviço Social democratizando as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional. Beneficiando estes usuários do meio escolar, possibilitando o conhecimento sobre a Assistência Estudantil e sua centralidade para a permanência no ensino superior.

4.3 Principais Resultados do Projeto de Intervenção

Trabalhou-se com a comunidade escolar nas turmas de terceiros anos, pois estes estariam em processo de formação e a procura de uma instituição de nível superior. Assim, percebeu-se que a partir deste momento de escolha de algum curso superior que os alunos das escolas pensavam, teve-se a ideia de trabalhar e sensibilizar que na região continha uma Universidade Federal, gratuita, dividida em 10 *campi* na região oeste do estado do Rio Grande do Sul.

A partir disto, realizou-se a intervenção no dia nove 09 de outubro de 2013, na parte da manhã, no Colégio Estadual Getúlio Vargas, com duas turmas de terceiro ano, que no total somavam 56 alunos entre 16 e 20 anos.

No início do diálogo, começou-se explanando sobre a Unipampa e seus objetivos de ministrar o ensino superior, desenvolvendo pesquisa em diversas áreas do conhecimento, promovendo também a extensão universitária. Além, do crescimento no nível econômico e educacional das regiões onde estão encontradas os dez *campi*. Logo após, centrando no tema da Assistência Estudantil como constituinte de meios de criação de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais com o objetivo de garantir a permanência dos acadêmicos na Universidade. Além de citar todos os programas trabalhados na PRAEC, explicando-os cada um.

Finalizando a intervenção, com a explicação sobre significado de Serviço Social, cujo objetivo é de formar assistentes sociais competentes, críticos e comprometidos com o projeto ético-político da profissão, para o enfrentamento da questão social. Sendo o trabalho do Assistente Social configurando com a demanda do espaço institucional sendo privada ou pública, mas com o intuito de garantir os direitos dos usuários de acordo com a política de proteção social, na qual está inserido. Elucidou-se também a forma de ingresso na Unipampa que é através do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Após a explanação para a turma, aplicou-se um questionário avaliativo, não obrigatório, onde os alunos responderiam perguntas relacionadas às informações socializadas e, também, disponibilizou-se um folder informativo contendo dados esclarecedores sobre a Unipampa, como por exemplo, meio de inserção, público e gratuito, na Universidade; o significado da Política de Assistência Estudantil pontuando os principais programas desenvolvidos na instituição pela PRAEC. O questionário voltado para os estudantes da escola apresentava cinco (5) perguntas diretas. Diante da análise dos dados obteve-se as seguintes informações mostradas no quadro abaixo:

1. Você já tinha conhecimento sobre a Unipampa? Como? Por amigos, divulgações?	48 Sim	8 Não	
2. Qual a importância da Unipampa para você e para região?	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento social, econômico e estrutural da região; • Oportunidade de estudo em uma Universidade sem sair da cidade; • Estudar em uma Universidade gratuita; 		
3. O que você entende sobre Assistência Estudantil?	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência ao estudante; • Auxílio e benefícios; • Ajuda; • Formar profissionais; 		
4. A apresentação sobre a Unipampa foi esclarecedora?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, pois esclareceu várias dúvidas sobre a instituição e; • Outras instituições não vão até as escolas apresentar a Universidade da maneira que foi exposta; • Um pouco, porque ainda tem dúvidas; 		
5. Você tem interesse em ingressar na Unipampa?	30 Sim	18 Não	8 Talvez

Fonte: Quadro elaborado pelo ator.

Com a conclusão da aplicação do projeto, constatou-se a deficiência de informações relacionadas à Assistência Estudantil/Unipampa por parte dos alunos. Poucos são os alunos que conhecem alguma coisa sobre esta política, mas a maioria conhece a existência da Unipampa e a importância que ela representa de acordo com a perspectiva destes usuários, tanto para economia e desenvolvimento quanto para quem não pode e/ou não deseja sair da cidade.

No final da intervenção, abriu-se espaço para um diálogo entre os alunos onde a grande maioria não tinha conhecimento sobre as informações passadas e que acharam importante a divulgação que estava sendo feita, pelo motivo de estarem conhecendo mais sobre a Unipampa e suas características, além dos direitos e benefícios que cada um poderia ter ao ingressar na instituição.

Apesar de a maioria dos alunos estarem cientes da existência de uma Universidade pública, ainda seus conhecimentos tornam-se fragilizados, pois estes não têm o amplo acesso as informações sobre a Unipampa, não sabendo de pontos importantes. Desta forma, destacou-se a fragmentação de conhecimentos em pontos como a forma de inserção em uma Universidade, o significado de Assistência Estudantil e de como esta é desenvolvida.

Constatou-se, também, diante de um diálogo entre a turma escolar e estagiário da PRAEC, com participação de dois colegas do curso de Serviço Social, que nas escolas não chegavam informações referentes a Unipampa de modo detalhado como foi abordada durante a intervenção do projeto. E que a única maneira de adquirirem informações sobre a instituição era através de divulgações, amigos ou professores que “comentavam” em sala de aula.

A partir da experiência adquirida no processo de intervenção, recebeu-se o convite do colega de graduação, Luis Manoel Mazzuco, cuja intervenção denominava-se “Serviço Social na Zona Rural: Escutando a "voz" da comunidade rural do Ivaí na busca pelos seus direitos no município de São Borja”. Onde este colega comunicou que durante o diálogo com o seu grupo da comunidade do Ivaí, em uma de suas intervenções anteriores, teriam salientado questionamentos sobre a Unipampa.

Dentre os encontros realizados nesta comunidade, levou-se o tema “a educação como viés para transformação social”. Neste encontro, realizou-se o debate como a educação tem o papel fundamental na construção do conhecimento. Para isso, e como forma de incentivo e divulgação, fez-se presente apresentando a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) para as famílias, que resultou em um debate importante sobre as formas de ingresso e como funcionam os programas e projetos voltados para a permanência do acadêmico na instituição.

Sendo assim, acentua-se que democratizar essas informações, é crucial para que as populações rurais também possam acessar um ensino público gratuito e, mais que isso, levar essas informações de maneira clara e transparente. Ressaltando que a comunidade do Ivaí solicitou que pudesse estar sendo elaborado um projeto semelhante voltado para a região do interior, expandindo o conhecimento deste público em relação as características importantes da Unipampa, além do modo de acesso realizado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),

juntamente com a disseminação das informações sobre os programas desenvolvidos na Universidade, na garantia de permanência com qualidade de ensino.

Conclui-se que, diante ao exposto que, tanto das populações de determinados locais mais distantes, quanto a comunidade escolar, tem difícil acesso à informações correspondentes a uma Universidade. Revelando-se a fragilidade de conhecimento destes usuários, evidenciando como questão social a ser enfrentada. Desta maneira, cabe ao profissional Assistente Social:

[...] contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social (LIMA, 2006, p. 137).

De acordo com os princípios fundamentais no código de ética da profissão, trabalhar no “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal, é sem dúvida, revolucionária nos mais diversos aspectos. Sendo que, um dos mais importantes, é a garantia da igualdade e inclusão social dos cidadãos. E foi a partir desta Constituição Cidadã que a Assistência Social ganha novo patamar na sociedade, da perspectiva de dever e responsabilidade do Estado. Ressaltando-se que a assistência garante ações de prevenção e provê de garantias de direitos que possibilitem aos usuários consciência crítica no objetivo de estarem articulando formas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais. Visto que a assistência social deve trabalhar em consonância com outras políticas.

Desta maneira o presente trabalho trouxe um apanhado histórico, cujo foco é acerca da Assistência Estudantil. Nesse contexto, colocou-se em evidência os mecanismos criados na área da assistência social para evitar a evasão estudantil e possibilitar maior inclusão social durante a vida universitária, bem como permitiu conhecer a fundamental importância que Política de Assistência Estudantil possui no desenvolvimento acadêmico e prática de cidadania.

Com o objeto de estudo voltado para o âmbito estudantil, o trabalho em destaque, apresentou desenvolvimento de um relato acerca da prática do Assistente Social como acadêmico em processo de estágio e, relatando-se da eficácia dos projetos assistenciais elaborados voltados para inclusão social na educação.

Nesse sentido, foi trazido neste trabalho, todo um aporte de conhecimentos obtidos durante o processo de ensino/aprendizagem e experiência adquirida em campo de estágio, além da oportunidade de intervenção como profissional.

Enalteceu-se que o trabalho desenvolvido no setor da PRAEC atua com ênfase na garantia de permanência do estudante universitário, com objetivo de sanar a evasão de estudantes, ofertando meios e formas de acesso a programas que garantam bem estar saudável e educação com qualidade enquanto o estudante percorre o ensino superior.

A importância das ações integradoras da comunidade acadêmica na redução das desigualdades e discriminações sociais, no empenho em possibilitar maior participação estudantil em eventos acadêmicos de aprendizagem para formação integral do estudante, auxílio na manutenção estudantil àqueles provindos de localidades distantes da cidade onde se situa a Universidade.

E, consoante, se pode observar pelos resultados apreendidos diante do projeto de intervenção, foi possível constatar o quão relevante e a disseminação de informações à comunidade tanto escolar quanto a comunidade do interior da cidade de São Borja, podendo ser também a intervenção com diversos públicos, com o mesmo objetivo de tornar a população ciente de seus direitos. Ressaltando que esta disseminação de informações são imprescindíveis em todos os campi da Unipampa.

Enaltecendo o papel do Assistente Social como agente mediador de políticas públicas trabalhando na perspectiva da garantia de direitos. Sendo o foco a popularização da Assistência Estudantil no que se dispõem no plano social de inclusão por meio da educação.

Portanto, o Assistente Social no domínio das competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, deve atuar ao encontro do projeto ético-político da categoria profissional. Devendo trabalhar, não somente na gestão de recursos, mas também na perspectiva de intervir junto aos usuários exterior da universidade fortalecendo e estimulando estes ao acesso aos direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Evelise Freire de. **As perspectivas conceituais da política de assistência social evidenciadas nas ações de assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa – Unipampa**. São Borja: 2010.

BRANDÃO, Gabriel da Silva. **Plano de Estágio**. 2013.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 35 ed. Brasília, 2012.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. V Conferência nacional de assistência social. **Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil 2005**. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/CNAS-10-direitos_socioassistenciais.pdf>. Acesso em 7 fev. 2014.

_____. Decreto Nº 7.234, 19 de julho de 2010. Dispõem sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92. Acessado em: 26 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Capacitação para controle social nos municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família**. Brasília: SAGI, 2010.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Política Nacional de Assistência Social. **Brasília, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Secretaria nacional de assistência social.** 2004.

_____. MDS. Norma operacional básica/SUAS. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=ptBR&cp=9&gs_id=10&xhr=t&q=nob+suas+2005&pf=p&sclient=psyab&source=hp&pbx=1&oq=NOB/SUAS+&aq=0&aqi=g4&aql=&gs_sm=&gs_upl=&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=3170f32ca20eab88&biw=1024&bih=529> Acesso em 7 fev. 2014.

BERNARDES, William de Souza. O SERVIÇO SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA: **A REALIDADE E AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.** São Borja, 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: UnB, 2001.

COLTETÂNEA DE LEIS. LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social.** 3. ed. Porto Alegre: CRESS, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** 2011/2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 12 mar. 2014.

COSTA, Simone Gomes. A Permanência na Educação Superior no Brasil: **Uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil.** Florianópolis, nov. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%AAncia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20assist%C3%AAncia%20e%20studantil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2014.

ESTEVIÃO, Ana Maria. **O que é serviço social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Representações e Práticas: **identidade e processo de trabalho no serviço social.** 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, T. C. S. *As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina-Grande – UFCG**. Brasília, 2010. Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F22865919%2F5849954%2Fname%2Fprofissional_do_assistente_social_na_Politica_de_Assistencia_Estudantil_da_Universidade_Federal_de_Campina-Grande_-_UFCG_-_Seba&ei=ec00U4fNPKWa0QHB_4GIDg&usg=AFQjCNGF9PuyIrYZUXP1cOcn3NjlSZ0YEQ. Acesso em: 16 mar. 2014.

MENDES, J, M, R.; PRATES, J, C.; AGUINSKY, B. **O processo de Capacitação sobre PNAS e SUAS: a importância da parceria entre universidade e poder Público. Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implementação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

OLIVEIRA, Simone Barros de; CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha. *A Diversidade de Atuação do Serviço Social: Desvelando o Processo de Trabalho*. Porto Alegre: Faith, 2010. 160p.

PIRES, Valdemir. *Economia da educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

PRATES, Jane. **Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva metodológica**. Outubro, 2000.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REUNI. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** Diretrizes Gerais. ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2014.

RIOS, Rafaela. Monografia de Especialização: **Avaliação do programa bolsas de permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários.** Santa Maria, 2011.

SCHLEGEL, Rogerio. Educação como política pública: **porque os retornos políticos merecem ser avaliados.** E-legis, n. 7, Brasília, 2011.

SCHNEIDER, Glaucia; Hernandorena, Maria do Carmo. Serviço Social na Educação: **perspectivas e possibilidades.** Porto Alegre: CMC, 2012. 80p.

SOARES, Maria Susana Arrosa; et al. **Educação Superior no Brasil.** Porto Alegre, nov. 2002.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et al]. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: **uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. jul./dez.2010.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional.** 16 ago 2009. Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. Acesso em: 12 mar. 2014.

APÊNDICE 1



Questionário de Avaliação

1. Escola:
2. Idade:
3. Você já tinha conhecimento sobre a Unipampa? Como? Por amigos, divulgações?

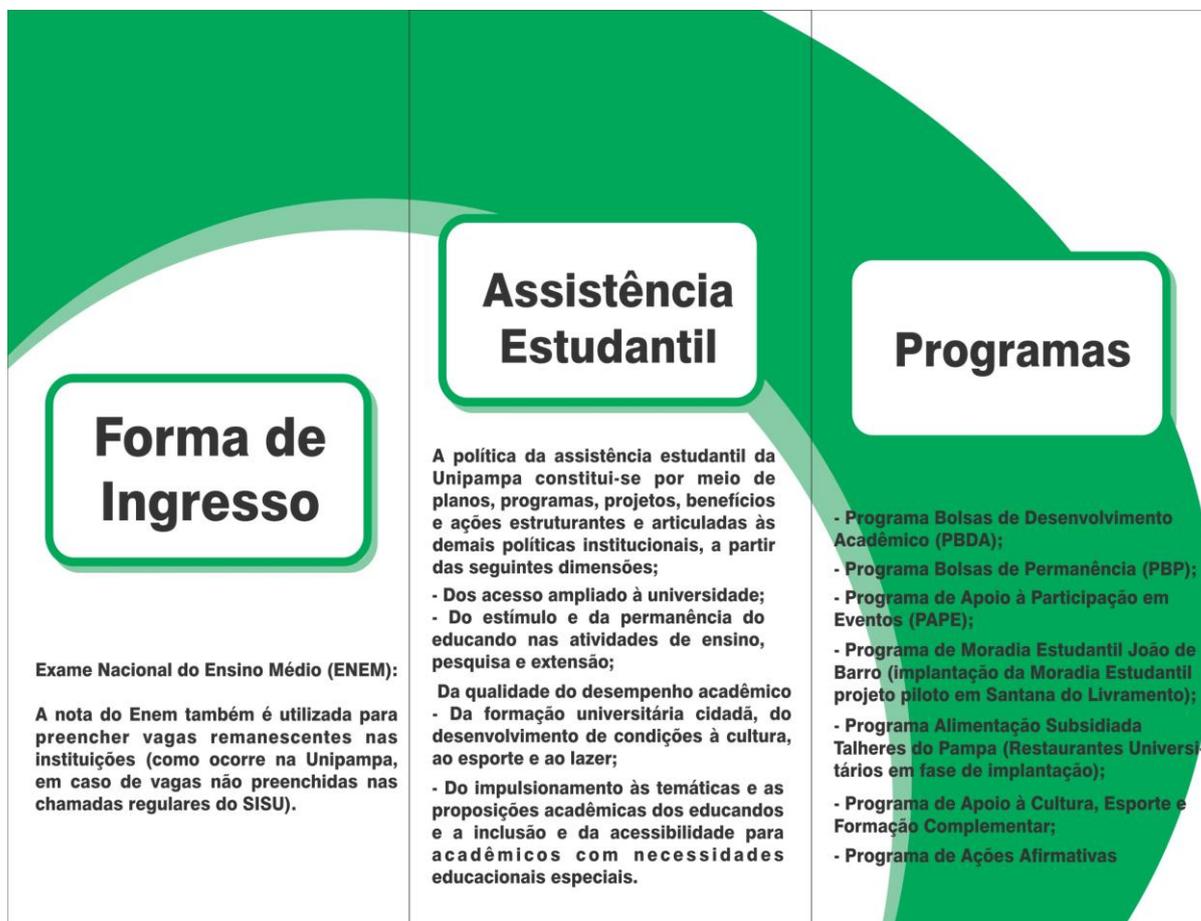
4. Qual a importância da Unipampa para você e para região?

5. O que você entende sobre Assistência Estudantil?

6. A apresentação sobre a Unipampa foi satisfatória e esclarecedora?

7. Você tem interesse em ingressar na Unipampa?

APÊNDICE 2





unipampa
Universidade Federal do Pampa

A Unipampa foi implementada nesta região, oeste do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolvendo pesquisa em diversas áreas do conhecimento, promovendo também a extensão universitária. Além, do crescimento do nível econômico e educacional das regiões onde estão encontradas os dez (10) campi.

Alegrete	Jaguarão
Bagé	Santana do Livramento
Caçapava do Sul	São Borja
Dom Pedrito	São Gabriel
Itaqui	Uruguaiana



PRAEC
Universidade Federal do Pampa



unipampa
Universidade Federal do Pampa

Projeto Intervenção

Gabriel de Silva Brandão
Aluno(a) do 7º Semestre



Serviço Social
unipampa